



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

HEITOR TORRES VIEIRA

**DE GALES À VENEZUELA: O PRISMA DA PAZ NAS PERSPECTIVAS CRÍTICAS
EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS.**

São Cristóvão/SE

2022

HEITOR TORRES VIEIRA

**DE GALES À VENEZUELA: O PRISMA DA PAZ NAS PERSPECTIVAS CRÍTICAS
EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS.**

Trabalho de Conclusão Curso II apresentado ao Departamento de Relações Internacionais como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Érica Cristina Alexandre Winand.

São Cristóvão/SE

2022

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus. Deus em todas as suas manifestações e representações. No soprar do vento e no nascer do sol. Agradeço pela vida, pelos desafios e pelas potencialidades que me foram concedidas até aqui. Pela oportunidade de ter vislumbrado o tamanho do mundo, a pequenez de nossa existência e pela capacidade de encontrar felicidade e beleza nisso.

Aos meus pais, pelo amor incansável e vigilante. Por acreditarem em meus sonhos, por serem combustível para os meus projetos, pela criação livre e pelo apoio em todos os momentos de minha vida. Vocês são o farol de meu barco e minha bússola, meu porto seguro e meu aconchego. Nenhum agradecimento seria o suficiente para contemplar a gratidão e o amor que sinto por vocês.

À minha família, na figura de minhas irmãs, de meus avós, meus primos, meus tios e demais pessoas que direta e indiretamente contribuíram com esta trajetória. Eu vejo vocês em mim e sou grato por cada palavra de apoio e gesto de carinho.

Aos meus amigos. Pelo amor fraternal e sem cobrança. Pela parceria gratuita e despreziosa. Grande parte de meu amadurecimento é fruto do contraste entre o que vivi com vocês e o que vivi com minha família. Não existe eu sem nós. Isso se estende a meus amigos de infância, que brilham com o meu sucesso e riem comigo como se ainda compartilhássemos a rotina da escola. Aos meus amigos de Sergipe, minha segunda casa, por terem me recebido aqui com amor e por terem compartilhado comigo os melhores e mais angustiantes momentos que já vivi até hoje. Anne, Clarinha, Bárbara, Lara, João Pedro, Ricardo, Paulo e Sara. Aos que chegaram depois e ganharam espaço na vida e no coração: Cleisson, Stella, João Victor e Esteves. A vocês e a todos os outros que são *nós*.

À UFS, como modelo de organização e espaço de emancipação em níveis pessoais e sociais. À minha orientadora, a professora Érica, pela acolhida e pela abertura de portas que jamais imaginei cruzar. Aos meus professores e mestres, que compõem tão brilhantemente este departamento.

Por fim, à vida e à coragem, como objetos mais dispersos de agradecimento. Não se vai a lugar algum sem coragem. À todas as forças que cooperam para que consigamos nos levantar e correr atrás dos nossos sonhos: Obrigado!

“Ante esta realidade assustadora que através de todo o tempo humano deve ter parecido uma utopia, nós, os inventores de fábulas que acreditamos em tudo, nos sentimos no direito de acreditar que ainda não é demasiado tarde para empreender a criação da utopia contrária. Uma nova e arrasadora utopia da vida, onde ninguém possa decidir por outros até mesmo a forma de morrer, onde verdade seja certo o amor e seja possível a felicidade e onde as estirpes condenadas a cem anos de solidão tenham finalmente e para sempre uma segunda oportunidade sobre a terra.”

(Gabriel García Marquez, 1982)

RESUMO

O presente trabalho se localiza a partir do esforço e apresentar e discutir teorias de segurança e paz a partir de uma perspectiva crítica. Inicialmente, isso se dá através da exposição do arcabouço teórico de Galtung e dos Estudos para a Paz e sua relação com a principal materialização dos esforços de paz na atualidade: a ONU. Por conseguinte, o trabalho avança em direção às contribuições da Escola Galesa de Segurança Internacional, que através de Booth e Wyn Jones, oferece o arcabouço de ligação entre a paz e a segurança com o processo de emancipação das sociedades. Com efeito, potencializa-se estas contribuições a partir de uma perspectiva de conjuntura local, que visa tensionar a produção conceitual em paz e segurança com experiências dissidentes, em termos de ordem hegemônica. Neste sentido, o trabalho pretende apontar horizontes para a expansão da produção conceitual em segurança e paz nas Relações Internacionais.

Palavras-chave: Paz; Segurança; Estudos para a Paz; Escola Galesa; Venezuela; Cosmovisão.

ABSTRACT

The present work is based on the effort to present and discuss theories of security and peace from a critical perspective. Initially, this is done by exposing the theoretical framework of Galtung and Peace Studies and its relationship with the main materialization of peace efforts today: the UN. Therefore, the work advances towards the contributions of the Welsh School of International Security, which through Booth and Wyn Jones, offers the framework of connection between peace and security with the process of emancipation in societies. Indeed, these contributions are enhanced from a perspective of the local situation, which aims to tension the conceptual production in peace and security with dissident experiences, in terms of hegemonic order. In this sense, the work intends to point out horizons for the expansion of conceptual production on security and peace in International Relations.

Keywords: Peace; Safety; Peace Studies; Welsh School; Venezuela; Cosmovision.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O triângulo do conflito de Galtung.....	15
Figura 2 - Triângulo da violência de Galtung.....	16

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Índice de Gini (2004-2012).....	41
Gráfico 2 - Índice de Desenvolvimento Humano (1980-2013).....	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de Gini (2004-2012).....	41
Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Humano (1980-2013).....	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALBA-TCP	Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
CELAC	Comissão dos Estados Latino Americanos e Caribenos
EPP	Estudos para a Paz
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ONG's	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 O PONTAPÉ CONCEITUAL NA PERSPECTIVA CRÍTICA: OS ESTUDOS PARA A PAZ - PANORAMA E DISCUSSÕES.....	14
2.1 Violência, violência estrutural e Estudos para a Paz: a contribuição de Galtung.....	14
2.2 Democracia, materialização e institucionalização da paz: a ONU.....	17
3 EMANCIPAÇÃO E SEGURANÇA HUMANA: AS CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA GALESA DE SEGURANÇA INTERNACIONAL PARA A PAZ... ..	24
3.1 Segurança e emancipação: a bagagem advinda de Booth.....	24
3.2 O segundo braço de Gales: Wyn Jones e hegemonia.....	27
4 BOLIVARIANISMO: A RESPOSTA LOCAL. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES ANTISISTÊMICAS À PAZ.....	34
4.1 Bolivarianismo nascente: o surgimento do pertencimento autônomo.....	34
4.2 A Onda Rosa e a ascensão do chavismo: bolivarianismo e paz na contemporaneidade.....	35
4.3: Segurança e paz em perspectiva: as Forças Armadas bolivarianas e a construção local de paz.....	42
5 CONCLUSÃO.....	46
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47
APÊNDICES.....	49
APÊNDICE A - ENTREVISTA PROSPECTIVA - BETO ALMEIDA, DIRETOR NA TELESUR.....	50
APÊNDICE 2 - ENTREVISTA PROSPECTIVA - CARMEN NAVAS REYES, CIENTISTA POLÍTICA E DIPLOMATA VENEZUELANA NO BRASIL.....	54

1 INTRODUÇÃO

A perspectiva crítica conta com três modalidades interessantes de análise em paz nas Relações Internacionais. O esforço deste trabalho é conseguir dissecar e localizar o processo de transformação teórica que guia parte da área, levando em consideração aspectos como atores importantes e o papel exercido por sua influência no processo de estabelecimento da paz e da segurança como critérios centrais para o desenvolvimento humano. Com efeito, destaca-se o papel dos critérios da emancipação, da democracia e da ação difusa de diversos atores como componentes essenciais às teorias críticas de paz.

Para tanto, o pontapé é dado a partir da discussão presente nos Estudos para a Paz. O primeiro capítulo concentra o esforço de Galtung em produzir uma teoria de paz que se alinhe com o discurso democrático e de superação da violência em suas diversas formas. Para isso, utiliza-se conceitos como *violência direta e indireta*, que refletem o fenômeno em seu critério material imediatamente, e sua concentração na estrutura performativa da sociedade.

As limitações impostas pelo constructo galtungniano ganham outra cara quando comparadas às contribuições da Escola Galesa, especialmente de Booth e Wyn Jones, que, ao recuperar a tradição da Escola de Frankfurt, propõem à noção de *segurança humana*, centralizada no critério básico da emancipação. Dentre outras coisas, o que se espera é que a contribuição de ambos reflita a necessidade de transformação e ampliação do escopo analítico nas áreas de segurança e de paz, a partir de uma visão crítica emancipatória e comprometida com a transformação potencial humana.

Este arcabouço ajuda a construir uma base exponencial para a perspectiva crítica, através da inclusão do papel de instituições internacionais, da sociedade civil e da mídia. Mas apesar de sustentarem posições críticas, não refletem o processo de divisão do espaço internacional entre centro e periferia, e por isso, apresentam debilidades de articulação quando transportadas para a perspectiva periférica, refletida neste trabalho na figura da Venezuela, um Estado com atuação dissonante e comprometido com a emancipação de seu povo, base de seu discurso político constituinte.

Com efeito, o esforço final do trabalho é demonstrar, a partir da perspectiva venezuelana, a necessidade de ampliação na abordagem crítica, de modo que, as noções de paz e segurança passem a refletir um processo autônomo e de contraposição em relação à ordem internacional, que neste sentido, se reflete em hegemonia política e também epistemológica. Neste sentido, a visão autônoma e independente passa a ser concebida como

um critério essencial à perspectiva crítica, que deve estar atenta às transformações e diferentes visões de mundo.

Contudo, a posição a ser defendida neste trabalho é que, as contribuições críticas em Relações Internacionais necessitem incorporar o discurso *antisistêmico* em seu arcabouço analítico para que consiga responder com maior efetividade às questões produzidas pela realidade. Esse exercício é guiado pela observação de narrativas dissidentes como fonte de produção epistemológica crítica. A cosmovisão, ou interpretação de mundo de objetos disruptivos, oferece, portanto, ferramentas analíticas úteis à visão crítica.

2 O PONTAPÉ CONCEITUAL NA PERSPECTIVA CRÍTICA: OS ESTUDOS PARA A PAZ - PANORAMA E DISCUSSÕES.

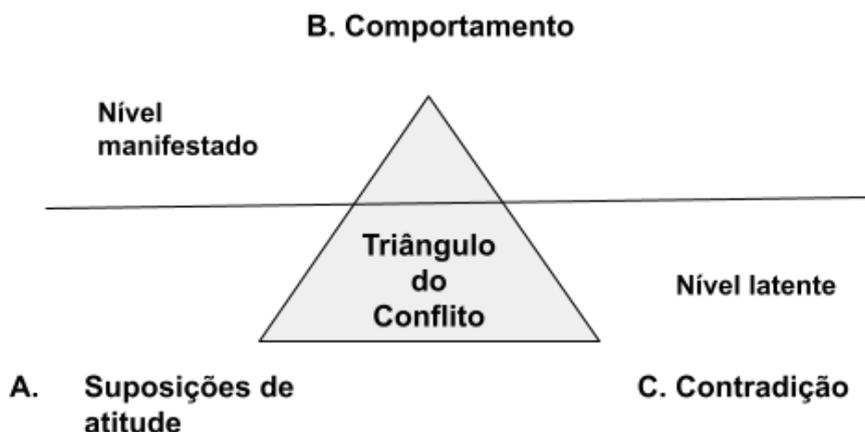
2.1 Violência, violência estrutural e Estudos para a Paz: a contribuição de Galtung

O primeiro passo a ser dado na realização deste trabalho é demarcar o objetivo de sua natureza guia. Muito mais do que oferecer respostas, sinaliza-se para a necessidade de produzir problematizações que sirvam de guias para ajudar a traçar o caminho tortuoso que é compreender a conjuntura venezuelana. Neste sentido, as contradições impostas pela materialidade aparecem nesta fase do trabalho transferidas para as comparações entre modelos teóricos distintos que orbitam em torno de um mesmo propósito: a emancipação - horizonte do caminho político traçado tanto pelos Estudos para a Paz, quanto pela retórica revolucionária advinda do marxismo, presente no chavismo, e nos Estudos Críticos de Segurança.

Em relação ao Estudos para a Paz o ponto de partida se dá desde Galtung (1969) que propõe a discussão da violência e dos elementos que podem levar a sua transformação ou a sua perpetuação, bem como as possibilidades de concepção de conceitos como democracia e justiça social. Além de criar uma tipologia ao definir as formas de violência, Galtung (1996) também aborda o conceito de conflito. Este seria fruto da relação entre três variáveis interdependentes.

No nível material, os atores do conflito são capazes de enxergar apenas o fator comportamento (B). Já as suposições de atitude (A) e contradição (C) estão no nível teórico. Juntas, as três variáveis formam o triângulo do conflito. O conflito ocorre quando existem contradições nas metas de diferentes atores, sendo tais metas incompatíveis entre si. Por causa desta incompatibilidade, há um conflito de interesses que é responsável por produzir formas de violência.

Figura 1. O triângulo do conflito de Galtung:



Fonte: Elaboração nossa. Em GALTUNG, J. Peace by peaceful means: Peace and conflict, development and civilization. London, Sage Publications, 1996.

Sobre a violência Galtung esclarece: “Vamos dizer que a violência está presente quando seres humanos estão sendo influenciados de tal maneira que suas realizações somáticas e mentais são materialmente inferiores a suas realizações potenciais.” (GALTUNG, 1969, p. 168)

Com efeito, concebe-se como violência um processo de destruição de possibilidades, em que as pessoas são imersas em um ambiente paralisador em termos de realizações potenciais. O autor chama atenção para a relação essencial entre o material e o potencial, de modo que os Estudos para a Paz se instalam entre esses dois pontos. A ideia é que, enquanto corrente metodológica de conhecimento, os EPP possam agir de modo a transformar ou transportar a realidade material da violência para o seu potencial correspondente, a paz. Desta relação retira-se uma relação dialética e motriz, que procura sempre observar a realidade e pensar modos de transformá-la a partir de um horizonte de paz.

Para tanto, Galtung (Ibidem) propõe critérios de análise da violência que podem ser utilizados para pensar sua constituição e repensar a condição de paz. Salienta-se a diferenciação entre *violência direta* e *violência indireta*. Ambos os critérios são expressões do fenômeno na realidade - a primeira está ligada à materialidade, ou seja, às violências diretamente associadas à destruição do corpo físico e da morte. Já a violência indireta está direcionada para a distinção de paralisação de potencialidades, com efeito, diz respeito aos processos de sujeição em que a violência permanece latente, ou não é observável de maneira material como a direta. Correspondem portanto, à morte e à guerra e às

desigualdades socioeconômicas, respectivamente. Para o caso venezuelano, a noção de violência indireta é especialmente importante, tendo em vista a natureza dos impactos observados, associados principalmente a enfrentamentos socioeconômicos.

Traçado este panorama, Galtung (1969;1996) passa a descrever a instrumentalização desses conceitos, a maneira como eles se organizam na estrutura social e como se reproduzem na realidade. Para isso chama atenção para os critérios de recursos, os quais são utensílios essenciais à vida e são disponibilizados a partir das dinâmicas de poder. Então, neste sentido, o autor traça um paralelo claro entre a ação política e a reprodução da violência. Com efeito, sublinha-se ainda o papel da linguagem, como sendo o ambiente em que a violência se manifesta de maneira difusa, e passa a incorporar os discursos, que legitimam ou não a injustiça social, produto da instrumentalização da violência cultural.

Imagem 2. Triângulo da violência de Galtung:



Fonte: Elaboração nossa; Em: GALTUNG, J. Violence, Peace, and Peace Research. Journal of Peace Research, Vol. 6, No. 3 (1969), pp. 167-191.

Do exposto em relação aos EPP, observa-se a paz, para além de um processo de estabilização da violência, como a superação somática de problemas estruturais e violências veladas. Neste sentido, argumenta-se em nome de uma segurança do indivíduo (refletido em sociedade) que abandona a noção tradicional de segurança centralizada na figura do Estado, enquanto instituição e ator nas relações internacionais, o trunfo que se retira disso é a inclusão social e a participação popular, através da democracia, como elementos de reafirmação do pacifismo e superação da violência.

Destarte, Ferreira (2019) destaca o valor normativo e orientado por valores que é próprio dos Estudos para a Paz. Com isso o autor reforça que a paz é um processo construtivo dinâmico, que se orienta a partir da identificação da violência - e não da guerra - como seu oposto. Ao traçar esta relação, Ferreira argumenta que por mais difícil que seja alcançar a paz, o caráter normativo e idealista oferece ferramentas para identificar e conseguir reduzir a violência.

Para a estrutura das Relações Internacionais, os EPP representam não só uma superação da dinâmica conflitiva interestatal, mas um panorama transdisciplinar e multinivelado que compreende diferentes fenômenos a partir de diferentes prismas, contribuindo, portanto, para um refinamento da análise em Relações Internacionais e conseqüentemente, um impacto ainda mais notável na realidade material.

2.2 Democracia, materialização e institucionalização da paz: a ONU.

Em relação à materialidade, é indispensável que a noção dos EPP sejam trabalhadas a partir da justiça e da transparência. Neste sentido, Maschietto (2019) refaz um caminho importante ao discutir as formas de mensuração da paz. A autora afirma que o estabelecimento de métricas e instrumentos de indexação são ferramentas valiosas para que sejam utilizadas na direção de políticas comprometidas com a paz. Para ela, é justamente esses instrumentos que trazem a teoria para à materialidade, e por essa razão devem ser analisados e concebidos com cautela e métodos rígidos de direcionamento e interpretação.

Essa concepção faz uma contribuição importante à compreensão de crise ao analisar processos tradicionais e institucionalizados de *promoção da paz*. Com efeito, Nascimento (2019) chama atenção para os processos de *peacekeeping*, *peacemaking* e *peacebuilding* como elementos que refletem os esforços da comunidade internacional em produzir cenários de paz. Estas mobilizações são respaldadas por princípios básicos celebrados pela comunidade internacional, principalmente no entre-guerras. São eles: *Direitos Humanos*, *segurança humana* e *prevenção de conflitos*.

É possível afirmar, com base na observação da aplicação destes processos, que existe de fato, uma aproximação entre os Estudos para a Paz e a realidade de promoção da paz institucionalizada e cristalizada por órgãos e instituições internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e todas as suas agências. De maneira geral, este é um panorama satisfatório e que parece atrelar bem as necessidades impostas pela construção teórica galtungniana e a realidade material. Para o campo intelectual, cabe, portanto,

tensionar a clara relação entre a produção de paz num sistema liberal, seu compromisso com a superação da violência e os pontos de inflexão observáveis a partir de uma crítica, que se baseia na observação de elementos violentos nesta estrutura referente, a qual os EPP parecem se comunicar com facilidade.

Por ora, destaca-se uma aproximação necessária entre a teoria galtungniana e os esforços de construção da ONU como um instrumento de construção de paz positiva. Reitera-se que esta não é uma relação de causa e efeito, mas um movimento explicativo de comparação, de modo que a própria organização reafirma, através do texto do tratado que lhe dá origem sua orientação em nome da paz e do desenvolvimento humano em consonância com os direitos humanos:

[...] Praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos. [...] (Carta das Nações Unidas, preâmbulo. p.3, 1945)

No que diz respeito aos objetivos de atuação, a Carta da ONU (1945) estabelece: 1. manter a paz e a segurança internacionais; 2. desenvolver relações amistosas entre as nações; 3. conseguir uma cooperação internacional; Ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns. Traçados estes objetivos, o documento salienta a responsabilidade de agir coletivamente para evitar ameaças à paz e reprimir atos de agressão ou de ruptura da paz.

Em relação a isso, Nascimento (2019) afirma que o próprio esforço de concepção da ONU representa um esforço de promover os Direitos Humanos em níveis internacionais. A autora concebe a firmação de pactos como a Declaração Internacional dos Direitos Humanos (1948), a Declaração de Viena (1993) e a instauração do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos também em 1993, representaram uma solidificação dos direitos humanos como elementos essenciais ao desenvolvimento, reconstrução e estabelecimento da paz. Neste sentido, observa-se uma materialização dos esforços propostos por Galtung em sua teoria de paz.

Em consonância com o direcionamento relacional das noções de paz e desenvolvimento, os Estudos para a Paz avançam na discussão ao inserir o elemento da democracia como parte integrante do processo de construção da paz positiva. Através do livro

Democracy, Peace, Development (2008), Galtung e Scott se debruçam sobre o exercício da democracia como parte do processo de instauração e estruturação da paz.

Para tanto, os autores localizam a democracia como um elemento que inicialmente depende do nível de consenso, de modo que a democracia é compreendida como um “*looping* entre *governantes* e *governados*, que dispõem de sinais de consonância ou discordância em um ambiente livre” (GALTUNG, SCOTT. 2008. p. 16). Para os autores, um ambiente democrático é essencial para o estabelecimento da paz. Em relação a isso, traçam como padrões de atuação a resolução não violenta de conflitos (GALTUNG, SCOTT. 2008. p. 19) bem como o modelo de democracia baseada na relação de *debate-votação*. Em relação a isso, os autores reforçam a necessidade de manutenção dos direitos humanos básicos e o atendimento às necessidades básicas humanas. Baseiam-se, portanto, em princípios-chave como: diálogo, protestos não-violento e sociedade civil atuante.

Para os autores, democracia é política e a política é resolução de conflitos. Neste sentido, a resolução baseada em empatia e compromisso com a paz é o caminho a ser traçado no processo de construção de paz. De modo que “a democracia é uma parte indispensável do desenvolvimento político e uma parte indispensável do desenvolvimento social” (GALTUNG, SCOTT. 2008. p. 66). Traçado este panorama, os autores chamam atenção para processos que necessitam de democratização para a construção de um ambiente de paz. Eles destacam: a democratização popular e da sociedade civil; da relação sociedade-Estado; do próprio Estado; do Estado e do capital e da sociedade civil internacional. (GALTUNG, SCOTT. 2008. p. 70-73) de onde concluem que: “a paz é difícil, mas não impossível a partir da transformação criativa como guia básico.” (GALTUNG, SCOTT. p. 78).

O que os autores propõem neste sentido é um horizonte comum de atuação para todas as sociedades do mundo. Essa orientação parece ser acertada, ao se comparar os esforços de cooperação realizados pela sociedade internacional nas últimas décadas no que diz respeito à pautas como meio-ambiente, desenvolvimento e direitos humanos. No entanto, mais uma vez a questão do poder parece estar minimizada, de modo que a proposição de resolução pacífica e empática encontra desafios substanciais, ao se analisar o aspecto predativo de determinadas disputas entre atores internacionais.

A questão da democracia é sublinhada pelos autores através de processos técnicos de *accountability* e governabilidade. A paz é centrada como um objeto referente, de modo que a tomada de ações e a promoção de esforços se baseiam na constituição de uma realidade sempre em construção, num processo contínuo de observação, discussão e aperfeiçoamento do que se concebe em termos de conjuntura, debate político e promoção de políticas públicas

de correção. Identifica-se mais uma vez, portanto, a relação necessária descrita por Galtung (1969) entre o papel de diagnose e atuação dos Estudos para a Paz.

Doravante, a discussão se centra em um outro ponto de consonância observável, a segurança humana. Nascimento (2019) destaca a criação de órgãos como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como um instrumento de “criação de oportunidades e de escolhas justas e equitativas para todos os indivíduos, sublinhando que o alargamento do potencial de riqueza e de escolhas não se traduz apenas em termos de riqueza material, mas também de riqueza humana.” (NASCIMENTO, 2019. p. 332). Neste sentido, reforça-se a noção de que os países signatários se comprometem a observar a paz como um critério fundamental ao desenvolvimento, associando este à indivisibilidade da segurança humana, assim como destaca Galtung. Nascimento (Ibidem) aponta ainda para outros esforços de manutenção da segurança humana, balizados pela criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, além da promoção de discussões sobre a preservação do meio ambiente e conseqüentemente da vida e segurança humana no planeta. De maneira geral, a autora argumenta em favor da noção de desenvolvimento a partir da fusão com a segurança e os direitos humanos, corroborando a noção dos EPP de que a instauração da paz passa por um processo de equilíbrio equitativo nas sociedades.

Um ponto importante neste processo de institucionalização histórico da paz como instrumento a partir da ONU é a concepção e atuação do Conselho de Segurança, principal órgão de articulação de poder em termos internacionais e na organização. A Carta da ONU (1945) atribui à formação do Conselho de Segurança da ONU, a partir de uma divisão entre membros permanentes e membros rotativos. A divisão dos membros permanentes se dá a partir dos seguintes Estados: República da China, França, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (hoje em dia Rússia), o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, e os Estados Unidos da América. O restante da cúpula é integrado por países num processo rotativo, a cada dois anos. O interessante a pontuar nesta divisão, levando em consideração o aspecto de poder do Conselho de Segurança, é a conformidade com o padrão hegemônico observado no pós-guerra, mas esta é uma reflexão que será melhor discutida mais à frente.

Antes, é preciso refletir sobre as atribuições do Conselho de Segurança. De acordo com o art. 24 da Carta (Ibidem) é de atribuição do Conselho de Segurança: “assegurar pronta e eficaz ação por parte das Nações Unidas, seus membros conferem ao Conselho de Segurança a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais” (ONU, 1945. p. 18-19). O art. 34 concede autoridade ao Conselho de Segurança para

Investigar sobre qualquer controvérsia ou situação suscetível de provocar atritos entre as Nações ou dar origem a uma controvérsia, a fim de determinar se a continuação de tal controvérsia ou situação pode constituir ameaça à manutenção da paz e da segurança internacionais. (ONU, 1945. p. 23)

A natureza decisória do Conselho de Segurança também pode ser verificada a partir de outros artigos, como o art. 39, do capítulo VII - que versa sobre as ações relativas à ameaças à paz, rupturas da paz e atos de agressão. O art. 39 determina que o Conselho de Segurança determinará “a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão, e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas de acordo com os artigos 41 e 42 [...]” (ONU, 1945, p. 26). Neste sentido, compreende-se que, uma cúpula específica dentro da organização detém o poder decisório de operar em definições de paz e ameaças à segurança.

Neste ponto, as inconsistências entre materialidade e construção teórica se tornam mais profundas e difíceis de serem ignoradas. Apesar da institucionalização e normatização com objetivo geral da paz pelos países do sistema internacional, o que existe em termos de *procedimento* ainda é discutível. De modo que as ferramentas oferecidas pelo arcabouço dos EPPs nesta fase são esmaecidas em nome da preservação do poder. Isso se reflete, dentre outros aspectos, na projeção e atuação do Conselho de Segurança. Enquanto organização, a partir dos EPP, o caráter organizacional do Conselho deveria atender a um modelo mais horizontalizado.

Do contrário, as interpretações mais críticas, que sinalizam a existência de uma *paz liberal* ganham maior efeito explicativo, pois conseguem tensionar e explicar melhor a existência desta disparidade exposta no caso do Conselho de Segurança, a partir de noções de distribuição do poder entre *centro-periferia*, etc... Estes detalhes devem ser esmiuçados a frente. Por ora, basta argumentar que a estrutura decisória coloca em xeque os efeitos da produção conceitual dos EPPs quando expostos a este objeto de reflexão.

Em relação à noção de *paz liberal*, apresenta-se a perspectiva de crítica proposta por Richmond (2010) que afirma que a paz liberal, em termos kantianos, relaciona-se com a noção ortodoxa e normativa de homogeneização da noção de paz e democracia. A relação de acordo entre Estados, populações e seus governos criariam, a partir do consenso, um ambiente de paz legítima e conciliada. Essa organização se daria, portanto, através do aparato institucional e de governança, orientados pela *paz* e pela *liberdade*. Essa noção pode ser refletida na noção de *globalização*, através das instituições internacionais e de sua atuação *coletiva*.

Destarte, ao observar critérios de construção de uma estrutura teórica, os EPP apresentam algumas inconsistências que são úteis para uma discussão mais aprofundada. Parte-se então do diagnóstico da natureza generalista proposta concomitantemente pelo *mainstream* da produção intelectual, quanto pela atuação de instituições comprometidas com o objeto da paz. Em relação a isso, a crítica presente nos EPP alertam para a necessidade de observar a *virada* nas concepções e abordagens envolvidas pela área. Wolff (2022) reafirma esta necessidade ao propor uma concepção alternativa através da influência do Sul global nos processos de concepção e materialização do *peacebuilding*. O autor chama atenção para a necessidade de desconstruir e ampliar o paradigma conceitual a partir da crítica às premissas liberais e institucionalizadas que dominam o tema na atualidade.

Deveras, o autor argumenta que a projeção intelectual, de atuação e de construção normativa dos processos de construção da paz ainda são majoritariamente definidos por uma agenda europeia e que o resultado disso é a permanência da paz liberal como um modelo predominante em todas as sociedades. As implicações disso tensionam a possibilidade de autoafirmação dos povos, um estreitamento da construção de instrumentos pacificadores e homogeneização de concepção teórica. Tudo isso implica em problematizações necessárias, uma vez que a construção de ideais múltiplos de paz deveriam ser incentivados, de modo a garantir a autonomia e preservação da identidade e da memória dos povos.

A discussão centra-se, portanto, não só num paradigma conjuntural, mas epistemológico. De modo que a construção do saber, mesmo na perspectiva crítica dos Estudos para a Paz, carrega em si traços da organização de poder vigente no mundo. É preciso, portanto, avaliar como isso se comunica com a realidade e trazer pontos que sirvam de problematização e reflexão para uma produção teórica, normativa e de atuação que seja plural, emancipada e que contribua com o principal ordenamento dos EPP: uma produção de vida em comunidade, respeitando as particularidades e os critérios de autodeterminação dos povos.

Para ir além, é possível confrontar a noção de *ordem e hegemonia*, por exemplo, propostas pela crítica marxista e mais especificamente gramsciniana (Moll, 2012). Neste sentido, procura-se tensionar como os EPP se comunicam com as proposições de mundo que denunciam uma relação separativa entre centro e periferia. É importante tensionar se a carga construtiva da teoria carrega em si elementos que reproduzem essa relação, e se as consequências disso implicam em resultados significativos, tanto para a produção teórica quanto para a atuação afirmativa da área. As proposições dos EPP, que repousam também na tomada de ações de instituições como a ONU, por exemplo, passam a ser percebidas a partir

de um outro prisma, que guia a questionamentos como: é possível falar de paz somente a partir da ação de uma instituição em um Estado?

É possível que um Estado sozinho consiga promover mudanças em sua estrutura interna - que atendam à superação da violência direta e estrutural - mesmo que isso altere o lugar que ele ocupa no sistema internacional? A violência é um critério de conformidade na ordem internacional? Como a teoria dos EPP se comunica com países fora do eixo eurocêntrico? O paradigma de construção de uma estrutura nacional, baseada na autodeterminação dos povos, mesmo que seja um processo emancipatório, é sempre um processo pacífico?

Com efeito, sob a égide dos Estudos para a Paz, o papel crucial do Estado é ser um agente transformador da violência. Essa transformação se dá através da identificação, mensuração e aplicação de ações transformadoras da violência como método de governo. Essa atuação só pode ocorrer se estiver profundamente alinhada com as demandas da sociedade civil, o que reitera a relação entre paz e democracia. Esses processos são interligados e discutidos através da atuação de atores intervenientes como a mídia e o pensamento intelectual, que devem se posicionar de maneira crítica contra a violência e orientados pela paz.

Todas estas questões são movimentadas a partir de um tensionamento entre a estrutura conceitual do que seria paz com o objeto deste trabalho: a Venezuela, que apresenta aspectos conformantes e dissidentes da teoria e põe a prova o exercício teórico da paz como uma questão para as Relações Internacionais, uma vez que sua existência respalda uma conjuntura comum a outros países: a periferia do sistema internacional. Deste modo, interessa problematizar a paz, a partir da emancipação, justamente para discutir as possibilidades de traçar esse caminho no Sul.

3 EMANCIPAÇÃO E SEGURANÇA HUMANA: AS CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA GALESA DE SEGURANÇA INTERNACIONAL PARA A PAZ.

3.1 Segurança e emancipação: a bagagem advinda de Booth

Das limitações impostas pela tecnicidade da principal instituição internacional em termos de paz, e da perspectiva crítica apoiada pelos EPP, utiliza-se neste capítulo as contribuições e investigações propostas pela Escola Galesa de Relações Internacionais e seus autores para que, de uma perspectiva menos homogeneizante se consiga articular noções de paz fora do eixo tradicional de poder: o Norte global.

Com efeito, aproxima-se de quem dá um pontapé no assunto: Ken Booth. Em seu *Security and Emancipation* (1991) o autor traz pontos essenciais para a discussão que precisa ser feita. Ele baseia a noção de segurança ao processo emancipatório das sociedades, relacionando a estabilidade e a pacificação com a superação de problemas marcantes que passam a ser reinterpretados como as tradicionais *ameaças*, observadas no campo dos estudos tradicionais de Segurança Internacional.

O ponto de partida para tanto é a problematização conceitual da noção tradicional e esmaecida de segurança através de tópicos da contemporaneidade. Deles se destacam: “interdependência, soberania em decomposição, transparência, propagação do capitalismo e identidades sobrepostas” (BOOTH, 1991. p. 314. tradução nossa). O que o autor salienta, é que, a contemporaneidade traz consigo uma complexificação da estrutura teórica tradicional da Segurança, e que a visão de *guerra internacional*, passa a receber outro significado, pois é diretamente influenciada pela capacidade destrutiva das armas e pelo impacto destas sob a vida humana.

Em relação a isso, a posição a ser feita em avanço diz respeito à observação do paradigma da segurança através da incorporação de novos instrumentos analíticos. A partir disso, Booth (1991) discute a perspectiva do *realismo utópico*, como um ponto de convergência entre as teorias clássicas de segurança, a teoria crítica e os estudos de paz. A caracterização desta proposição conceitual se dá através da dissolução do estadocentrismo, da abordagem militar e do *status quo* na produção teórica. Com efeito, ele se vale da crítica terceiro-mundista à noção de *segurança nacional* que se estabelece como um instrumento de opressão em muitos casos.

Com base nisso, o autor faz um movimento que converge com a estrutura dos Estudos para a Paz, ao incluir nos elementos de ameaça à segurança “a fome, a economia, a escassez de recursos, a superpopulação, rivalidade étnica, terrorismo, crime organizado e doenças” (BOOTH, 1991. p. 318, tradução nossa). A partir daí o autor insere a noção essencial de *emancipação* como um critério de segurança e portanto de estabelecimento da paz. Ao fazer isto, o autor faz uma consideração que se baseia na relação entre riqueza, desenvolvimento, justiça social e segurança¹. O ponto em questão trazido pelo autor reitera a noção de que atualmente, a concepção de segurança passa necessariamente por uma ampla reflexão sobre a segurança do indivíduo espelhado em sociedade. As ameaças à vida humana e seu desenvolvimento em plenitude, assim como nos EPP, aparecem como um ponto crucial para a investigação de segurança, e é aí que se insere a noção de emancipação.

Baseado na noção guia de que segurança é a “ausência de ameaças” (BOOTH, 1991. p. 319; tradução livre) o autor pauta o critério da emancipação como uma base sistemática para a segurança. A noção de emancipação dele está associada com a liberdade, da qual ele expõe: “emancipação é a libertação das pessoas (de grupos ou indivíduos) das restrições a eles impostas e que os impedem de fazer aquilo que livres, fariam.” (BOOTH, 1991. p. 319; tradução livre). Neste caso, fica estabelecida a relação entre segurança, emancipação e liberdade.

Doravante, Booth (1991) avança nesta concepção ao propor que a emancipação produz segurança. Para isto, ele enumera critérios de insegurança que corroboram esta argumentação. Recebem destaque, portanto: as guerras, a pobreza, o desequilíbrio ambiental, as desigualdades sociais, etc... Tudo isso contribui para a centralização do indivíduo - mesmo em sociedade - como um objeto referente na investigação de segurança.

Destarte, Booth (1991) desloca a segurança do paradigma estadocêntrico mais uma vez, ao afirmar que os Estados são elementos *meios* condutores de segurança, e não seu *fim*. Isso insere a noção de *abolição global* proposta pelo autor, onde ele advoga em nome do fim do debate nuclear como protagonista da argumentação em segurança e equilíbrio e formula uma outra visão de mundo, baseada na emancipação.

¹ “Comunidades que são ricas e têm um nível significativo de justiça social não parecem brigar entre si. Não há guerra desde 1945 entre os 44 países mais ricos. 'Comunidades de segurança' - ilhas do que Kenneth Boulding chamou de 'paz estável' - se desenvolveram em várias partes do mundo. Por alguma razão, parece haver uma correlação entre democracia e liberdade, por um lado, e ausência de guerra (dentro das comunidades de segurança), por outro. Como resultado, mesmo pensadores relativamente conservadores sobre política internacional parecem cada vez mais aceitar que a ordem nos assuntos mundiais depende de níveis mínimos de justiça política e social.” (BOOTH, 1991. p. 319; tradução nossa)

Esse movimento, se caracteriza não só pela transposição e reinterpretação do elemento do Estado como objeto referente, mas tensiona a natureza tecnocrata que é típica dos estudos tradicionais de segurança. Para Booth (1991), a inserção do compromisso ético na discussão de segurança é responsável pela superação do tecnicismo do realismo tradicional. Esse movimento é essencial, pois desloca dos estudos tradicionais a condição de verdade imposta pela materialidade, pois a partir disso, seu apelo técnico passa ser compreendido, segundo Booth como um aspecto constitutivo da teoria de seu tempo, que pode ser reinterpretada a partir de uma nova interpretação da realidade e de orientação do *éthos* político.

Por conseguinte, o autor avança na proposição conceitual ao ampliar o aspecto utilitário da liberdade como objeto referente no processo de emancipação e consequentemente de segurança. Booth (1991) reitera, neste sentido, o apelo kantiano de construção de uma *ordem global* baseada na emancipação, que toma o lugar da tradicional *ordem internacional* imposta pela anarquia e competitividade. Para Booth (1991) o paradigma da segurança deve refletir a noção de emancipação como uma noção de “reciprocidade de direitos” (BOOTH, 1991. p. 322).

Com efeito, o que isto implica é uma responsabilização do sujeito pela própria liberdade e pela liberdade do outro, ao tomar a vida em comunidade como um ponto de partida. Neste sentido, Booth (1991) aponta para uma reinterpretação das noções de *externo* e *nacional*, ao propor uma supressão das noções de assimetria e alteridade que tradicionalmente povoam a construção teórica tradicional dos estudos de segurança.

O que está em questão, como uma consequência do processo de criação de uma ordem global emancipatória, é o esmaecimento das fronteiras como um critério de diferenciação e originamento de uma noção coletivizada de organização do espaço internacional. Para isso, o autor argumenta em nome da reinterpretação de dicotomias tradicionais que permeiam o discurso teórico das Relações Internacionais e da Segurança Internacional, como *externo* e *interno*, *doméstico* e *estrangeiro*, etc...

Doravante, para transpor a dimensão conceitual, Booth (1991) propõe métodos e práticas que guiam a construção de um processo emancipatório e de segurança. Para isso, o autor atribui especial importância ao acompanhamento, mensuração e observância dos Direitos Humanos, transferência de recursos e justiça social. De maneira clara, ele revela: “A liberdade erradica a violência [...] emancipação, é empiricamente, segurança.” (BOOTH, 1991. p. 323; tradução livre).

Com isso, o autor reinsere a premissa da materialidade a partir da atuação comunitária, em processos técnicos, em observância de tópicos como a promoção de direitos humanos, mensuração de problemas ambientais, de desenvolvimento econômico e de política comparada (Booth, 1991). Além disso, ele reitera a atuação de atores não tradicionais como organizações não governamentais (ONG 's) e a ação da sociedade civil como base para um processo emancipatório e conseqüentemente, de segurança.

Um outro ponto salientado por Booth (1991) diz respeito a incorporação do elemento utópico na atuação do dia-a-dia desta sociedade, de modo que isso não fique restrito a figura do governo, mas seja um elemento guia dos indivíduos no processo de atuação e convivência. O autor pautava ainda, que, alguns países exercem sim, uma expressão maior de poder, mas que não são livres de serem influenciados, e por isso atribui responsabilidade emancipatória e de segurança “a todos aqueles que desejam construir uma *sociedade civil global embrionária*” (BOOTH, 1991. p. 326; tradução livre).

Neste sentido, a proposição de segurança passa a ser orientada através de uma atuação generalizada naquilo que ele concebe como espaço internacional. O autor faz reservas em relação a influência e importância dos objetos referentes de atuação como o Estado, a sociedade civil e as organizações internacionais no processo de construção de uma segurança emancipatória, mas deixa clara a necessidade de pautar isso como uma prática a ser normatizada e politicamente orientada por uma ética de libertação e supressão da violência. Isso pode ser útil para discussão no âmbito da paz, se nesse caso se quiser entender a segurança como uma materialização desta, ao deixar de lado o jugo da sujeição.

3.2 O segundo braço de Gales: Wyn Jones e hegemonia

Doravante, uma contribuição importante é feita por Wyn Jones (1999) ao aprofundar a relação entre emancipação e segurança, discutida por Booth, mas com foco para o processo prático de consolidação dessa relação. Com certeza, o esforço do autor marca um ponto de avanço entre as proposições conceituais de Booth e o aspecto material, que é o principal ponto de inflexão da teoria em relação ao realismo e os estudos tradicionais de segurança. Com efeito, o autor presta um favor importante para a discussão presente neste trabalho a partir desta abordagem, enriquecendo o ponto de vista pós-frankfurtiano e tornando mais robusta a conceitualização entre a segurança e a emancipação.

O primeiro passo neste processo construtivo se dá através de uma revisão do ponto de partida de ambos Booth e Wyn Jones: a Escola de Frankfurt. Ao fazer isso, Wyn Jones (1999)

argumenta que a conceitualização frankfurtiana, por vezes, apesar de seu apelo à materialidade, mantém um padrão restrito à proposição idealista. Neste sentido, o autor tensiona a necessidade de se aprofundar na relação entre segurança e emancipação a partir de uma crítica inicial à noção centralizadora de *segurança nacional*.

Para Wyn Jones (1999) esta é uma estratégia para a manutenção do Estado como principal ator e atuante no processo de elaboração e discussão em matéria de segurança:

A provisão de segurança nacional ainda é a principal razão de ser do estado soberano e, como tal, continua sendo a reserva mais zelosamente guardada do estado. Como resultado, qualquer tentativa de criar um discurso alternativo no campo da segurança – e em particular qualquer tentativa de problematizar o papel do Estado como provedor de segurança – provavelmente terá forte resistência. (WYN JONES, 1999. p. 115; tradução livre)

Segundo o autor, a manutenção desta imobilidade no campo da produção de conhecimento se dá através dos tradicionais processos de *regulamentação*, *normatização* e *previsibilidade* que são atribuídos à atuação estatal no processo de construção de um discurso de segurança.

Com efeito, Wyn Jones (Ibidem) reitera ainda que a perpetração deste discurso mais tradicional é difundido por uma base intelectual e midiática, reflete portanto, uma relação entre ortodoxia institucional/intelectualismo/circulação jornalística e midiática. Ao fazer isso, ele já adianta (conscientemente ou não) pontos reflexivos importantes a serem observados: a academia e a cobertura jornalística como instrumentos atuantes no processo de constituição e circulação do debate em segurança e paz.

Esse ponto, se comunica com um paralelo interessante pontuado pela influência dos Estudos para a Paz, que enquanto *guarda-chuva* teórico, serviu para tensionar mais especificamente *Jornalismo para a Paz*, como um instrumento de transformação social e ferramenta de produção de espaços de segurança e paz, um paralelo importante de ser traçado com a argumentação de Wyn Jones, que comunica o papel central da mídia na repercussão e produção de espaços de segurança e instabilidade.

É Galtung (1998) quem afirma que os jornalistas possuem disposição de poder, ao fazer o processo de reportagem das notícias. Desse modo, ele afirma que um jornalista comprometido com o Jornalismo para a Paz deve operar sobre conflitos a partir de uma abordagem inovadora e disruptiva, em relação ao jornalismo tradicional. É papel do jornalista de paz, portanto, fazer ecoar as vozes daqueles que são silenciados no processo tradicional de reportagem. Para Lynch e McGodrick (2005) o jornalismo para a paz se tornou um

movimento global que aspira transformações no modo de se fazer jornalismo. Sem dúvidas, um ponto de consonância importante, levando em consideração que se segue em Wyn Jones.

Destarte, a discussão é adensada a partir de uma perspectiva de compreensão do lugar de *para quem* a crítica é feita e *com que objetivo*. Wyn Jones (1999) tensiona portanto, o aspecto de finalidade da atividade conceitual e teórica, a partir da influência dos teóricos frankfurtianos, ele passa a destacar o papel político dos intelectuais. Ele afirma que existe um papel transformador na produção acadêmica e que esta atividade deve ser, portanto, guiada a partir de uma atuação que reflita sobre o mundo à sua volta. Wyn Jones (Ibidem) faz esse exercício ao trazer a relação *agente-estrutura*. Em relação a isso, o autor debate o aspecto conformista dos estudos de segurança e chama atenção para a necessidade da ampliação crítica na formulação acadêmica.

Por conseguinte, se observa uma ampliação da discussão em relação a este dado conformismo, a partir da utilização das contribuições de Gramsci e o papel exercido pela ação intelectual, especialmente no que diz respeito aos Estudos Críticos de Segurança. Em relação a isso, ele se utiliza das contribuições advindas do *Cadernos do cárcere* e pontua a utilização do conceito de *filosofia da práxis*. Em termos gerais, o que Wyn Jones (1999) propõe é a incorporação da atividade dialética como método de construção epistemológica.

Essa relação com a produção acadêmica diz respeito à incorporação dos direcionamentos advindos de movimentos contra-hegemônicos no processo de construção de um discurso intelectual (Wyn Jones, 1999) este processo envolve ainda, uma separação proposta por Gramsci a respeito do papel desempenhado por intelectuais enquanto *tradicionais* ou *orgânicos*. Na compreensão de Gramsci, que é reforçada por Wyn Jones (Ibidem) os intelectuais tradicionais operam de modo a validar e legitimar a estrutura hegemônica vigente, ao passo que os intelectuais orgânicos se comprometem a interpretar esta estrutura e apresentar pontos de ruptura para a mesma. Neste sentido, Wyn Jones (Ibidem) incorpora a atividade crítica em segurança como um processo de diagnóstico e transformação da estrutura hegemônica, a partir de uma visão compartilhada com a emancipação, posição que para ele já era defendida por Horkheimer no âmbito da Escola de Frankfurt.

Doravante, Wyn Jones (1999) avança sob o panorama prático da atuação crítica. Ele faz isso a partir de uma conexão com a posição revolucionária gramsciana, mas tece críticas à noção restrita da atuação dos partidos como atores no processo emancipatório. Muito disso se dá graças a concepção de que os partidos permanecem como elementos fetichizados e pouco mobilizadores, graças ao aspecto burocrático que passa a integrar a organização destes

partidos (Wyn Jones, 1999) ele destaca que “os partidos são necessários, mas sua fetichização é potencialmente desastrosa” (WYN JONES, 1999. p. 122).

O processo de organização intelectual e a possibilidade de produzir efeitos materiais emancipatórios é então atribuída principalmente para os movimentos emancipatórios, estruturados a partir da atuação de grupos contra-hegemônicos. Wyn Jones (1999) retrata, com efeito, o impacto produzido por intelectuais orgânicos que operaram no âmbito do debate de controle de armas nucleares nos Estados Unidos, aos pesquisadores de paz da Europa ocidental e a influência de institutos de política na União Soviética e no Canadá, por exemplo.

Por conseguinte, o autor afirma que esses exemplos denotam o movimento dialético de como a pressão popular, originada principalmente no âmbito destes grupos contra-hegemônicos tiveram um papel fundamental num processo de reconceitualização da segurança (Wyn Jones, 1999). Neste sentido, o autor opera uma relação entre diagnóstico da realidade e a construção de um propósito intelectual como processos necessários para a construção de uma noção de segurança que seja emancipatória, num movimento reconstrutivo e de ampliação do horizonte plausível de atuações.

Com efeito, Wyn Jones (Ibidem) se vale mais uma vez da contribuição gramsciana ao discutir as noções de *consentimento* e *coerção*. Segundo ele, o processo de consolidação da ideologia se dá também através da produção acadêmica e intelectual, por este motivo, ele tensiona a necessidade da *Guerra de posição*, em que a atividade intelectual se coloca como aliada dos movimentos de reivindicação e ajuda a produzir um panorama conceitual que não só abarque essas reivindicações, mas que mantenham um padrão contra-hegemônico, mesmo que em pequena escala, deste modo, as transformações sistêmicas são impulsionadas pela relação entre conceitualização e demanda emancipatória, que é tradicionalmente popular (Wyn Jones, 1999).

A posição defendida pelo autor faz eco a uma tradição ainda maior de pensamento. A herança notável dos frankfurtianos, bem como do próprio marxismo disposto em Gramsci traz importantes vetores para a discussão em segurança. Por exemplo, o principal deslocamento em termos estruturais, do que se concebe na teoria da Escola Galesa, diz respeito a um afastamento da posição central do Estado como ator atuante nas Relações Internacionais. Isso é preponderantemente valioso, pois amplia os instrumentos analíticos e abarca uma gama maior de atores no processo de construção de estabilidade, segurança, paz e emancipação.

No que diz respeito ao critério estrutural, um paralelo importante a ser feito com os *insights* trazidos pelos autores principalmente no que diz respeito a um centro hegemônico de produção do conhecimento, que reflete uma estrutura hegemônica ainda maior: a de poder. Isso traz implicações que não estão diretamente relacionadas nos textos dos autores mas que podem ser ampliadas a partir de outros nomes da tradição crítica e marxista. Para que se consiga ampliar o escopo da discussão, é preciso discutir a noção de *ordem internacional*, mencionada pelos autores ao lembrar Gramsci e tratar da hegemonia.

No que diz respeito à organização do espaço internacional como ambiente de estruturação e produção da segurança, ao aliar a concepção crítica marxista é preciso discutir as noções de *centro* e *periferia*, e como esses conceitos afetam a construção de um panorama teórico e prático de segurança. O centro produtor da concepção normativa de segurança também pode ser o lugar de onde emana a insegurança? A disposição de poder, marcada pela exploração e parasitismo é capaz de produzir uma noção complexa e eficaz de segurança para o restante do espaço internacional?

Essas perguntas podem ser posicionadas a partir de um desenho melhor da forma de organização internacional, e neste sentido, os argumentos produzidos no âmbito da Escola Galesa podem ser aferidos e amplificados. Para um primeiro passo, introduz-se a noção clássica na tradição marxista de organização internacional: o *imperialismo*. É Lênin (2012) que estrutura uma análise do capital internacional e de sua natureza predatória nas relações de *centro-periferia*. Lênin (2012) centraliza a questão ao abordar o paradigma do monopólio pelo centro, em que a estruturação do capital produtivo no centro do capitalismo - os países do norte global - convertem-se em uma ordem social (LÊNIN, 2012. p. 48) marcada pelo “estrangulamento pelos monopolistas, de todos aqueles que não se submetem ao monopólio, ao seu jugo, à sua arbitrariedade” (LÊNIN, 2012. p. 48).

Por conseguinte, Lênin (2012) atribui um caráter de movimentação política internacional ao imperialismo como um instrumento de criação de uma ordem superior, baseada no que ele define como

A partilha do mundo é a transição da política colonial, que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista, para a política colonial de dominação monopolista dos territórios de um mundo já inteiramente repartido. (LÊNIN, 2012. p. 124)

Em termos de organização do espaço internacional, a crítica leninista é clara em relação ao critério de dominação e exploração do centro em relação à periferia. O que interessa aqui, é discutir, portanto, de que maneira esta organização afeta as interpretações de

segurança propostas pelos autores da Escola Galesa. O critério de separação geopolítico aparece mencionado no paradigma epistemológico da criação e manutenção dos discursos de segurança pela maioria dos teóricos de centro. O que não está explicitamente colocado é a organização da ordem política e econômica do mundo e como esta interfere diretamente na produção de concepções de segurança, emancipação e paz.

Esse paralelo se faz necessário pois, do ponto de vista teórico, é impossível dissociar a organização política do mundo com a possibilidade de criar uma concepção de segurança que de maneira eficaz consiga promover aspectos emancipatórios em detrimento de violências originadas por esta ordem de disposição do espaço de poder internacional. Neste sentido, argumenta-se que, a noção de segurança e paz é atravessada pela organização política e econômica internacional, e que neste sentido, o critério emancipatório da Escola Galesa *deve* levar em conta esta variável como importante.

Por conseguinte, este argumento é conformado pelo também teórico crítico Immanuel Wallerstein (2021). Sua concepção do capitalismo enquanto sistema globalmente interconectado remonta à noção de *economia-mundo*. Neste sentido, compreende-se a ordem econômica internacional também como uma ordem política, e portanto, seus efeitos se fazem valer nas concepções de segurança e paz, uma vez que estão atreladas ao processo de dominação, que é indiscutivelmente violento. Em relação a isso Wallerstein afirma: “Trata-se de uma estrutura, não de uma instituição. É uma estrutura marcada por *muitas instituições* (políticas, econômicas, sociais e até mesmo culturais) e é a principal arena da luta econômica.” (BALIBAR, WALLERSTEIN.2021. p. 163.)

O autor reforça, portanto, a posição de que, inclusive as produções de segurança, mesmo que estejam projetadas em nome de uma estabilidade e asseguaração da paz, são marcadas por um ponto central de dominação que é parte da organização atual do sistema internacional, correspondente ao capitalismo, vivenciado como fenômeno histórico deste tempo.

À partir desta proposição, somada às contribuições teóricas galesas, é possível movimentar uma ampliação das contribuições expostas ao longo deste capítulo: a organização de novas concepções de segurança e paz, obedecendo ao critério emancipatório, devem se deslocar da influência exercida pelo centro em termos epistemológicos. Para além disso, a concepção de segurança e paz, assumindo a posição contra-hegemônica apontada por Wyn Jones (1999) deve se posicionar de modo a observar e subverter as lógicas que correspondem à organização conformista e hegemônica marcadas pela influência dos centros econômicos e políticos.

Ou seja, a reorientação da dinâmica conceitual não passa só pelo aspecto superficial de questionamento do padrão hegemônico epistemológico, mas da identificação deste padrão como um sintoma de um processo ainda mais sofisticado, que inclui a organização econômica internacional e conseqüentemente, do espaço de poder. A partir disso, se utilizando dos *insights* já propostos pela Escola Galesa é possível identificar aspectos de transformação suficientemente complexos para que mudanças efetivas consigam ser mensuradas e colocadas em prática, observando a emancipação como um processo de rompimento com a ordem vigente. Mesmo que estes esforços não se concretizem, eles conseguem sinalizar de maneira mais eficaz os pontos de ruptura da estrutura atual e servem de base para o avanço das discussões já estabelecidas.

4 BOLIVARIANISMO: A RESPOSTA LOCAL. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES ANTISISTÊMICAS À PAZ.

4.1 Bolivarianismo nascente: o surgimento do pertencimento autônomo

A parte integrante desta investigação se dá a partir do tensionamento das teorias gerais sob a ótica de um objeto importante: a Venezuela bolivariana. Marcada pela dominação colonial em toda sua fase de formação, a Venezuela se constrói a partir do movimento instigado por um dos principais nomes na construção de uma identidade sul-americana: Simón Bolívar. Os movimentos revolucionários estabelecidos foram responsáveis pela independência venezuelana em 1807, dando origem a mais quatro outros Estados sul-americanos: Nova Granada (Colômbia), Bolívia e Peru.

O movimento de ascensão e estabelecimento do bolivarianismo detém um aspecto vital para a construção do processo de independência que influencia parte da América do Sul até hoje: a emancipação. Da perspectiva de Bolívar, o processo emancipatório é consequentemente um processo de contraposição ao *status quo*. À medida que esta afirmação reflete o seu tempo, identifica-se como processo essencial à construção de um ideário nacional o apego aos conceitos de liberdade e independência:

A honra de Nova Granada exige imperativamente que se dê uma lição a esses ousados invasores, perseguindo-os até as últimas trincheiras, pois sua glória depende de assumir a tarefa de marchar para a Venezuela, libertar o berço da independência colombiana, seus mártires e esse povo meritório de Caracas, cujos gritos se dirigem apenas aos seus amados compatriotas, os granadinos, que os esperam com impaciência mortal, como seus redentores. Corramos para quebrar as correntes daquelas vítimas que gemem nas masmorras, sempre esperando sua salvação de você; não zombe de sua confiança; não seja insensível aos gritos dos teus irmãos. Ide depressa para vingar os mortos, dar vida aos moribundos, libertação aos oprimidos e liberdade a todos. (BOLÍVAR, 1812; tradução livre)

Em relação a construção de um regime de paz, o bolivarianismo, enquanto método revolucionário permaneceu atrelado às proposições de seu tempo. É possível observar, no discurso de independência um clamor por uma identidade nacional autônoma e autêntica. Os métodos para a construção desta identidade, no entanto, se dão por meios essencialmente associados à competição marcial, de saudação a figura de um exército nacional e consequentemente de ódio à classe dominante, assim como se construiu a Revolução Francesa. Com efeito, o processo revolucionário de Bolívar leva a cabo a maximização da violência como um instrumento de transformação da ordem social:

Venezuelanos: não temam os bandos de assassinos que infestam suas regiões, e eles são os únicos que atacam sua liberdade e glória; pois o Deus dos

exércitos sempre concede a vitória aos que lutam pela justiça; e nunca protege por muito tempo os opressores da humanidade. Assim, todos os povos do mundo que lutaram pela liberdade finalmente exterminaram seus tiranos. (Simón Bolívar, libertador de Venezuela y general en jefe de sus ejércitos, etc. etc., etc. 1814. Fundación Biblioteca Ayacucho, Caracas, Venezuela, 2007; tradução livre)

Enquanto movimento, à época, o bolivarianismo sustentava a relação clara entre emancipação e autonomia como consequência de processos revolucionários de contraposição da violência como um motor de transformação. Ainda assim, o ideal de paz passa a ser perseguido como uma linha de chegada, ao passo que a guerra se instaura como uma necessidade a ser enfrentada em nome da libertação. Esta posição é defendida por Salcedo-Bastardo (1983) que destaca o bolivarianismo como um projeto. Em termos de América Latina, o autor afirma que o intuito do bolivarianismo residia numa compreensão de si, enquanto povo pertencente à terra, na tomada de ação em relação ao jugo das metrópoles europeias e da perseverança em relação à liberdade. O foco de atuação neste sentido, se materializa a partir do que o autor identifica como: política, educação adulta e as relações com a comunidade internacional (SALCEDO-BASTARDO, 1983. p. 38; tradução livre).

Com efeito, Salcedo-Bastardo (Ibidem) reitera a presença da noção de paz como um elemento essencial na constituição do bolivarianismo e conseqüentemente, na formulação do estado venezuelano. Ele afirma que:

Bolívar era um campeão da paz. Ele foi para a guerra pela necessidade, pela imperativa e inevitável ambição de paz, como foi provado na primeira fase da revolução. [...] Não há necessidade de repetir seus ideais de fraternidade e criação necessária de um ambiente pacífico, o único ambiente válido para a construção de esforços populares. (SALCEDO-BASTARDO, 1983. p. 39; tradução livre)

Neste sentido, pode-se afirmar, que a conformação e estruturação do Estado venezuelano, mesmo em seu estágio nascente e revolucionário, já apontava para a paz como um objetivo, como um processo conseqüentemente atrelado à emancipação e à libertação popular. Isto é importante de ser destacado na medida em que é possível observar a permanência deste ideário na construção do chavismo na contemporaneidade.

4.2 A Onda Rosa e a ascensão do chavismo: bolivarianismo e paz na contemporaneidade

Doravante, a história da Venezuela é marcada por uma série de contradições e ebulições sociais que culminam, quase 200 anos depois, na eleição de Hugo Chávez como mandatário do país. Mendes (2010) destaca o caráter disruptivo da eleição de Chávez, uma vez que a Venezuela era governada majoritariamente pelos partidos tradicionais desde 1957.

Por diversos motivos a eleição de Chávez é simbólica. Em termos regionais, se vivia uma efervescência política com a ascensão da Onda Rosa e da eleição de governantes de esquerda.

Com efeito, em toda a América do Sul os efeitos deste movimento puderam ser sentidos. No Brasil com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, na Argentina com Cristina Kirchner, na Bolívia com Evo Morales. Dentre outros aspectos, Pereira Silva (2014) afirma que a Onda Rosa se instaurou na América do Sul pois o tempo político que se vivia à época era marcado por uma crise profunda da gestão neoliberal. Para além disso, o autor chama atenção para “o esgotamento de formas de organização estatal, dominação social, baixa inclusão político-social e monopólio partidário, expressos em mais largas durações” (DA SILVA, 2014. p. 5) essa conjuntura reavivava as possibilidades de ascensão de “governos de propostas mais radicalizadas, que procuram ser “refundadores” de suas sociedades e Estados,” (DA SILVA, 2014. p. 5). A Venezuela se insere como um ator protagonista neste processo de reconfiguração política e transformação social, e este aspecto que interessa discutir nas noções de segurança, paz e emancipação.

Com efeito, este processo de reorientação segue padrões que valem ser mencionados como direcionadores de análise. Segundo Da Silva (Ibidem) os impactos transformadores puderam ser observados na reconfiguração do papel do Estado, a partir de concepções neo-desenvolvimentistas ou de reformulação do *welfare state*, o Estado assume um papel vital como um agente transformador da realidade destas sociedades, deixando de lado a retórica neoliberal de esvaziamento institucional.

Destarte, o autor destaca ainda, o ênfase nas políticas sociais - principalmente utilizando métodos de mensuração como IDH e Índice de Gini - e a participação popular, que no caso da Venezuela pode-se destacar a realização dos famosos plebiscitos. No campo internacional, Da Silva (Ibidem) destaca o papel da integração regional com o Mercosul, na a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). No caso da Venezuela ainda se destaca a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP). Todos estes elementos ajudam a delinear a construção de uma ordem regional diferente, mais integrada e comprometida com os processos emancipatórios das sociedades em questão.

Entretanto, todas essas mudanças e seus processos de implementação refletem, da perspectiva chavista, o processo de continuidade do bolivarianismo como ideologia dissidente emancipatória. Na análise de Mendes (2010), ao avaliar a influência do populismo no chavismo, a autora destaca alguns aspectos de personalização do regime que valem a pena

ser mencionados para melhor compreensão deste paralelo que se faz com o bolivarianismo. De acordo com a autora, Chávez concentrava em si: “a postura anti-imperialista, o ênfase no desenvolvimento econômico autônomo, o discurso antioligárquico, e o povo como unidade acima das relações de classe” (MENDES, 2010. p. 121; tradução livre). Essa estruturação política em torno da figura do presidente recupera a tradição bolivarianista de concentração ideológica em figuras representativas, neste caso, de caráter anti-hegemônico e emancipatório.

Destarte, é preciso que se discuta o processo de ascensão de Chávez. Ao contrário do que pode parecer, o chavismo não chega ao poder em 1999 através de métodos tradicionais revolucionários, como o uso de armas e da violência armada. Pelo contrário, o mandatário assume o poder através de um processo eleitoral institucionalizado e balizado por eleições formais, contrariando inclusive o esforço falido de 1992 de implementar um golpe de Estado.

Neste sentido, é possível identificar um processo de ascensão política marcada pela convergência entre o institucionalismo e a força emancipatória popular de caráter revolucionária. Este desenho de *contenção* é bastante interessante para discutir o desenrolar dos fenômenos políticos na Venezuela, pois a tensão constante entre o controle e vigilância tradicionalmente institucionais e o ímpeto de transformação revolucionária passam a colidir e moldar a realidade do país até os dias atuais. De maneira geral, o que se argumenta é que, a reprodução do regime e sua orientação refletem uma dissonância cabal entre o aspecto constringente associado ao papel tradicional do Estado com o processo de transformação e emancipação que envolve a ascensão de um governo orientado pela esquerda revolucionária.

Com efeito, percebe-se uma nova adequação de modelo político e de organização social, num processo de renovação das estruturas de poder e conseqüentemente, das interpretações que podem ser retiradas delas. A autora venezuelana Maya (2008) afirma:

As condições sociopolíticas vividas pelas sociedades passaram a ter um peso maior do que antes. O descrédito das visões teleológicas que guiaram os socialismos antes da queda do Muro de Berlim e da URSS também deu destaque a referentes como a democracia processual, antes entendida como um valor burguês e agora considerada por muitos como um componente chave para alcançar sociedades pós-capitalistas libertárias cujas características não são fixadas antecipadamente [...] (MAYA, 2008. p. 55; tradução livre)

Para além disso, a autora chama atenção para o aspecto paradigmático do fracasso das economias estatizadas que deram lugar a novos modelos econômicos “onde o mercado se une ao Estado para encontrar um modelo de produção viável.” (MAYA, 2008. p. 56.; tradução livre) no caso da Venezuela, essa posição é reforçada pelo valor estratégico desempenhado pelo principal bem de valor econômico do país: o petróleo. Essa condição impede o

isolamento do restante do mundo, como vivenciado por Cuba e produz a necessidade de barganha através das relações impostas pela economia petroleira, ponto central na distribuição de poder contemporânea na comunidade internacional.

Com efeito, Maya (2008) destaca a aliança entre civis e militares como um aspecto marcante na conjuntura venezuelana, isso contrasta a realidade comum no restante da América Latina e reitera a posição de que a Venezuela se constitui como um fenômeno *à parte* da conjuntura geral de América do Sul. A autora destaca ainda o papel do chavismo enquanto uma nova modalidade de governança e articulação política, por conseguinte, López (Ibidem) destaca que o bolivarianismo e a ascensão de Hugo Chávez

Representam uma nova esquerda, surgida no último quartel do século passado sob o calor da resistência ao capitalismo em sua fase neoliberal, e que também apresenta traços populistas, como aponta a introdução deste livro, tanto no tipo de liderança e mobilização que o definem, assim como em seu discurso (MAYA, 2008. p. 56; tradução livre)

Essa posição da autora reflete e reforça o aspecto diferencial da conjuntura venezuelana como um fenômeno singular no processo de orientação política. Em termos efetivos, isso contribui para o argumento de que a tensão produzida pelo encontro entre uma ideologia revolucionária e uma ordem internacional constritiva e dominadora produzem uma realidade contraditória e muitas vezes tensionada. Neste sentido, os paradigmas da violência, da segurança, da paz e da emancipação estão o tempo inteiro em embate através da imposição desta tensão.

Essa conjuntura disruptiva se mantém até os dias atuais com o governo de Nicolás Maduro, onde o processo de crise se intensifica e tensiona ainda mais os lados de influência descritos até aqui. A polarização refletida na figura da Venezuela e dos Estados Unidos, representam, portanto, a dinâmica de tensão imposta pelo confronto político, econômico e social entre um elemento dissidente e um elemento produtor e reproduzidor de uma ordem internacional, baseada principalmente em critérios econômicos de dominação.

Antes disso, no entanto, se refaz a natureza de crise que marcam o primeiro e o segundo mandato de Chávez. O que se pretende demonstrar é que, em termos de paz e segurança, avanços importantes conseguiram ser feitos, no entanto, a influência da conjuntura de crise abriu precedente para a reprodução de outras formas de violência que põem em risco a segurança humana no país. Estes processos, transferem para a esfera da segurança, a tensão observada e descrita aqui no nível social e político.

Todavia, durante o primeiro mandato de Chávez foi marcado por uma transição tranquila. Maya (2008) afirma que a estrutura eleitoral de caráter verticalizada e heterogênea

conseguia articular acordos entre Chávez e grupos ideológicos diversos. Grande parte disso se deu pela proximidade do regime com as Forças Armadas, o que assegurou uma transição marcada pela conversa entre coalizões até então divergentes. Um aspecto importante salientado pela autora diz respeito à participação de líderes populares, advindos de organizações autônomas que já existiam inclusive antes da eleição de Chávez. Dentre estas organizações se destacam os Círculos Bolivarianos, as Unidades de Batalla Eleitoral etc... dentre os movimentos sociais, a Maya (Ibidem) destaca o movimento indígena e de afrodescendentes, fortemente amparados pelo primeiro governo do presidente.

Já o segundo governo, fica marcado pelo conhecido lema “socialismo do século XXI”, que é mais um reforço a noção de reconstrução de regimes de esquerda frente aos desafios da contemporaneidade. Maya (Ibidem) chama atenção para o processo de reforma constitucional implementada pelo chavismo. Segundo a autora as transformações na constituinte buscavam “adaptar as instituições estatais a um modelo socialista que se dizia inédito e ‘endógeno’” (MAYA, 2008. p. 59; tradução livre).

Por conseguinte, Maya (Ibidem) destaca o papel de consolidação do bolivarianismo como movimento político central na Venezuela. Isso se dá: através da incorporação de representantes bolivarianos no aparato institucional, da centralização da democracia com o objetivo de transformá-la em *participativa* e *protagônica*, através da participação popular direta e semidireta em processos decisórios e consultivos; do apoio aos direitos humanos, principalmente dos povos indígenas e do direito à autodeterminação; além de promover ações de segurança social e ambientais e promover ações de centralização do poder do Estado (MAYA, 2008).

Esta última é especialmente interessante, pois diverge da proposição trazida pela posição da Escola Galesa que desloca o papel do Estado como um agente necessariamente central na produção de segurança. No caso ambíguo venezuelano, a conjuntura põe a prova o constructo galês ao expor o Estado como um objeto de atuação emancipatória, a partir de sua orientação *popular*. Com efeito, faz sentido tensionar as noções de papel de Estado tradicionalmente mantidas nas Relações Internacionais, uma vez que o Estado liberal, nos moldes ocidentais e do *mainstream*, diverge da concepção de Estado emancipatório presente em sociedades dissidentes.

Com efeito, reforça-se a necessidade de ampliação do processo analítico em segurança e paz, justamente para que se consiga articular com maior clareza como o processo emancipatório político reflete na compreensão de segurança e quais são seus instrumentos de implementação e limitação. É necessário reconhecer também as limitações impostas pelo

regime em termos de liberdade, acesso, desenvolvimento e impacto na vida humana. López destaca:

O Poder Popular, por sua vez, foi concebido como uma estrutura do Estado, o que tende a enfraquecer seu potencial para atuar como contrapeso ao poder. E foram estabelecidos dispositivos que reverteriam o processo de descentralização político-administrativa, favorecendo a concentração de poderes e decisórios no Presidente da República, que designaria diretamente autoridades especiais de regiões estratégicas e às quais estaria vinculado o Poder Popular. Os formulários de propriedade eram confusos, nunca esclarecidos (MAYA, 2008. p. 78-79; tradução livre)²

A afirmação da autora reitera o argumento apresentado na perspectiva dos Estudos para a paz e da própria Escola Galesa, que chama atenção para o posicionamento crítico como algo dinâmico - *dialético* - capaz de promover apontamentos vitais, mesmo para regimes emancipatórios, uma vez que estes, de alguma maneira produzam ou reproduzam alguma forma de constrição.

Outrossim, a partir destas considerações é possível identificar um padrão de reificação do papel do Estado como um agente transformador no processo emancipatório. A participação popular e o aspecto revolucionário são integrados à dinâmica de atuação do governo através da participação da sociedade civil, e a mídia recene papel especial ao expor a tensão existente entre as forças nacionais de defesa do bolivarianismo e a pressão exercida pela ordem internacional³, especialmente no que diz respeito ao petróleo. Esses são os principais fatores incidentes na dinâmica de segurança humana na conjuntura venezuelana, a partir da identificação do chavismo.

Neste sentido, cabe verificar os avanços feitos em nome da segurança humana no país e conectá-los como uma concepção própria de segurança, atrelada ao processo político emancipatório, como descrito em Gales, mas que responda de maneira inovadora à imposição hegemônica imposta pela ordem capitalista, baseada na dominação e segregação do espaço global entre periferia e centro.

A maioria das informações compreendem o período dos anos 90 até 2013, é essencialmente o que interessa, ao se levar em consideração o impacto dos governos de Hugo Chávez. A ausência, no entanto, de dados recentes em relação ao período presente tensiona o questionamento imposto pela necessidade crítica de transparência como um processo associado à democracia, e conseqüentemente, à emancipação e à paz.

² A autora traz este contraponto, mas reivindica a necessidade de explorar os impactos impostos pelos embargos, refletindo a dependência da economia petroleira venezuelana. Ver mais em Maya(2008).

³ Conferir entrevistas em apêndices.

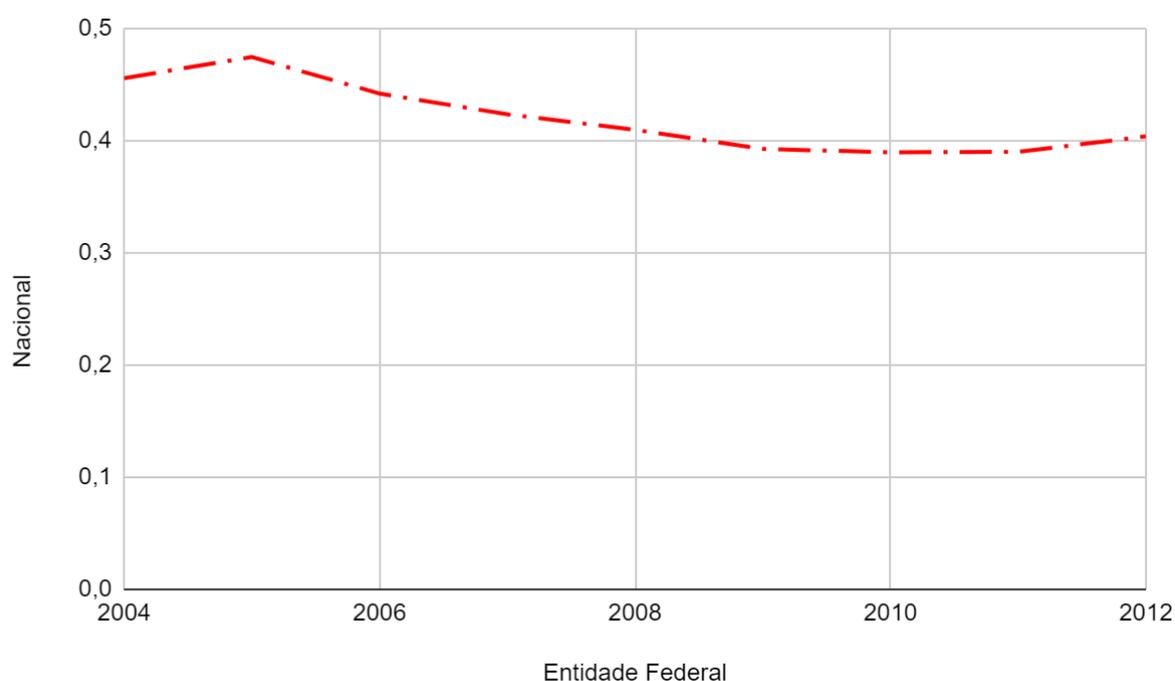
Do exposto, é possível fazer um balanço de importantes coeficientes de mensuração, dentre os quais se destacam o Índice de Gini, o Índice de Desenvolvimento Humano e de mensuração da pobreza, que trazem números importantes para a discussão em segurança humana, principalmente.

Tabela 1. Índice de Gini (2004-2012)

Entidade Federal	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Nacional	0,4559	0,4748	0,4422	0,4237	0,4099	0,3928	0,3898	0,3902	0,4040

Fonte: Instituto Nacional de Estadística (INE), 2022. Elaboração nossa.

Gráfico 1. Índice de Gini (2004-2012)



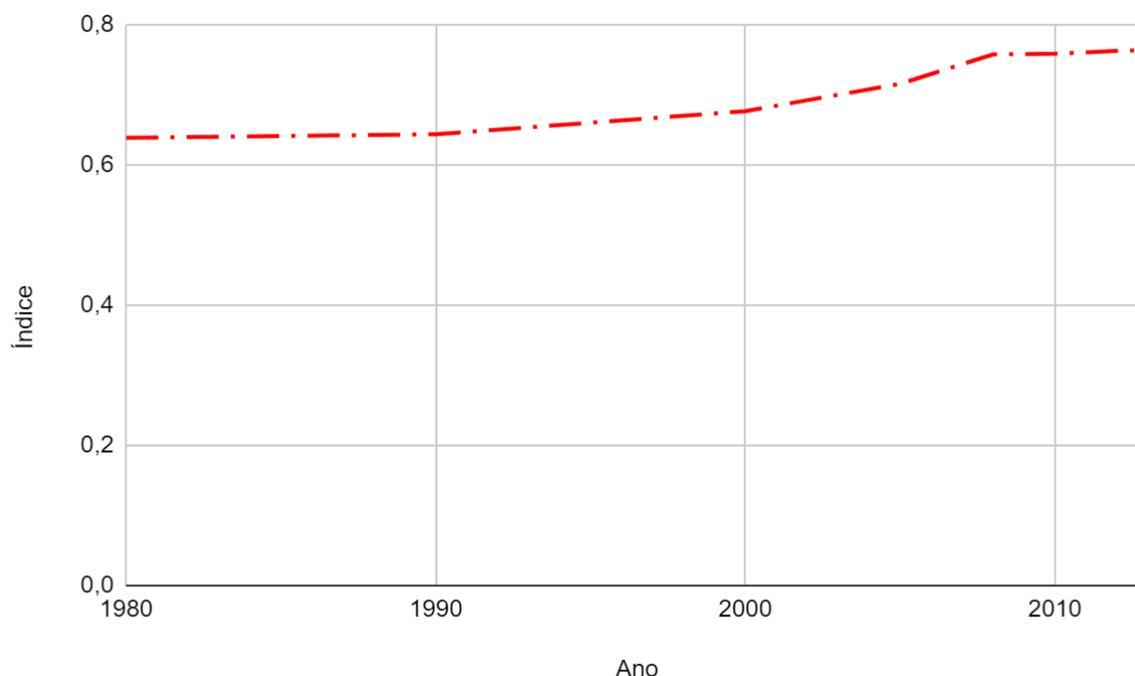
Fonte: Instituto Nacional de Estadística (INE), 2022. Elaboração nossa.

Tabela 2. Índice de Desenvolvimento Humano (1980-2013)

Ano	1980	1990	2000	2005	2008	2010	2011	2012	2013
Índice	0,639	0,644	0,677	0,716	0,758	0,759	0,761	0,763	0,764

Fonte: Instituto Nacional de Estadística (INE), 2022. Elaboração nossa.

Gráfico 2. Índice de Desenvolvimento Humano (1980-2013)



Fonte: Instituto Nacional de Estadística (INE), 2022. Elaboração nossa.

Os números expostos refletem o papel crucial do Estado como um motor de transformação na Venezuela, uma vez que o processo de administração dos recursos advindos da economia petrolífera são utilizados como base de investimento e transformação social. Um aspecto reforçado por Maya (2008) como presente no chavismo. Dentre muitos outros aspectos, o investimento em educação, saúde e sociedade visam criar não somente uma sociedade livre mas também um modelo funcional do bolivarianismo como premissa de Estado e razão política, que compreende o processo emancipatório e libertário como base para a estabilidade e segurança.

4.3: Segurança e paz em perspectiva: as Forças Armadas bolivarianas e a construção local de paz

Doravante, para afunilar ainda mais a discussão em termos de segurança e paz, se discute a doutrina militar venezuelana. Esta, reflete profundamente a relação entre Estado e

Forças Armadas como elemento conjunto de autodeterminação e emancipação, pelo menos no chavismo. Em relação às transformações implementadas na doutrina militar venezuelana no pós-chavismo.

Regos (2013) destaca o papel fundamental da implementação da nova Constituição, e com ela, a harmonização entre Exército, Armada, Força Aérea e Guarda Nacional; corresponsabilizar entre elas a responsabilidade de proteger o Estado e a sociedade civil; estabelecer princípios básicos de atuação das Forças Armadas: garantir a independência e soberania do território nacional através da defesa militar, cooperação na manutenção da ordem interna e participação ativa no processo de desenvolvimento nacional (REGOS, 2013. p. 77; tradução livre). O autor destaca ainda, que essa proposição de alinhamento se baseia na noção de *guerra assimétrica e Guerra de 4ª Geração*, que compreende a atuação militar como um instrumento contra-hegemônico e assegurador da integridade do regime.

Doravante, Regos (Ibidem) destaca o papel da Lei Orgânica da Força Armada Nacional, de 26 de setembro de 2006, como um elemento conformador do argumento exposto, ao traçar o elemento dissuasório e de resistência como um aspecto essencial à manutenção do projeto político da Venezuela bolivariana. A este esforço, se soma a implementação da *Tarea de Libertad*, em 2008, que designa novos caminhos a serem traçados pelas Forças Armadas e que aparecem como elementos de transformação institucional. De acordo com Regos (Ibidem) o foco nos setores jurídico, doutrinário, de direção, logístico e educativo foram responsáveis pelo surgimento do *Proyecto Nacional Simón Bolívar* que se consolidava como “organização da instituição armada para combater as ameaças contra a nação.” (REGOS, 2013. p. 83; tradução livre).

Com efeito, Regos (Ibidem) reforça o argumento de que, na conjuntura venezuelana, as forças de segurança tem um papel legitimador e constitutivo da organização do regime bolivarianista, sendo indissociáveis do processo de emancipação e asseguaração da liberdade do povo venezuelano:

A segurança da Nação baseia-se no desenvolvimento integral, e é a condição, estado ou situação que garante o gozo e o exercício dos direitos e garantias nas esferas econômica, social, política, cultural, geográfica, ambiental e militar, dos princípios constitucionais e valores pela população, pelas instituições e por cada uma das pessoas que compõem o Estado e a sociedade, com projeção geracional, dentro de um sistema democrático, participativo e protagonista, livre de ameaças à sua sobrevivência, à sua soberania e à integridade do seu território e outros espaços geográficos (REGOS, 2013. p. 85; tradução livre)

Doravante, o autor salienta ainda, os pontos levantados em documentos oficiais que corroboram a elaboração de prováveis ameaças, e que servem como parâmetro de metrificação e observação das Forças Armadas, para a manutenção da paz. Ele lista: 1. uma guerra de Quarta Geração, com propósito de desestabilizar o país e destruir o Estado-nação; 2. Golpe de Estado, promovido por separatistas e grupos transnacionais; 3. Um conflito regional, vislumbrando o contexto do Plano Colômbia; 4. Intervenção militar promovida pela ONU, assim como no Iraque (REGOS, 2013. p. 89, tradução livre).

Com efeito, todas estas considerações reiteram a posição de que, no regime anti-sistêmico venezuelano, a promoção da segurança e da paz, se dá através da reificação do papel do Estado como um ator central, contrariando a ampliação sugerida pela Escola Galesa, por exemplo. Regos (2013) conforma esta posição ao discutir o conceito de *Guerra Popular Prolongada*, que diz respeito ao processo de manutenção da posição anti-sistêmica e defensiva balizada num processo estendido de confrontação. A posição central defende a utilização de meios rústicos e de pouco impacto mas que obriga o adversário a despender grande energia e recursos para a manutenção do embate. Neste sentido, a posição de isolamento e de subversão perpetrada pelo regime venezuelano buscam debilitar e constranger a força de dominação imposta pela ordem internacional capitalista e de hegemonia dos países de centro.

Aqui, os atores tensionados pelas análises de Galtung e da Escola Galesa que incluem Estado, sociedade civil e mídia atuam de maneiras particulares. O Estado possui um papel central no que diz respeito à produção da segurança e da paz, enquanto a sociedade civil e a mídia desempenham um papel de legitimação do regime, mas ao mesmo tempo de reflexão do tensionamento imposto pela áxis nacional-internacional.

Doravante, o que se percebe é que, as noções de segurança e paz, de uma perspectiva periférica, estão submetidas a um problema anterior às mazelas sociais listadas por Galtung no âmbito dos Estudos para a Paz, e da emancipação trazida pela a Escola Galesa. Com efeito, a conjuntura venezuelana revela o papel desempenhado pela ordem econômica e social internacional, mencionada por Lênin e Gramsci, como um elemento macro de manutenção da violência. O processo de emancipação e avanço social implementado por regimes dissidentes precisa, portanto, lidar com dois aspectos: a elaboração de políticas públicas emancipatórias e a construção de alternativas estratégicas que respondam às imposições da ordem hegemônica. Essa posição revela a tensão imposta pela necessidade de paz trazida pela visão do regime e os impactos observados por aquilo que se chama de *internacional* nas comunidades da periferia global.

Essa proposição reflete a necessidade clara de incluir a cosmovisão e interpretação de mundo como elementos centrais na análise crítica. A periferia é capaz de produzir respostas sistemáticas à ordem hegemônica, e o processo de emancipação e paz passa necessariamente pela inclusão da discussão dessas visões. Neste sentido, defende-se que a teoria crítica pode operacionalizar com maior eficácia se for capaz de incluir proposições dissidentes e inovadoras em seu arcabouço, deixando de lado os vícios impostos pela reprodução da ordem epistemológica vigente. Isso se traduz neste excerto, sobre o bem viver:

O mundo precisa de mudanças profundas, radicais. Urge superar as visões simplistas que transformaram o economicismo em eixo da sociedade. Necessitamos outras formas de organização social e novas práticas políticas. Para obtê-las, é imprescindível despertar a criatividade e consolidar o compromisso com a vida, para não nos convertermos em meros aplicadores de procedimentos e receitas caducas. (ACOSTA, *et. al.* 2015. p. 20; tradução livre)

Discute-se, portanto, a ampliação do escopo analítico crítico - como já proposto no âmbito da Escola Galesa - agora a partir de um direcionamento que inclua a experiência dissidente de sociedades periféricas, aqui vislumbradas na Venezuela, como fonte epistemológica na produção intelectual.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto, que a perspectiva crítica em Relações Internacionais, e especialmente em segurança não pode abrir mão do elemento *dialético* para sua formulação. De maneira geral, o alinhamento de contribuição gerado pelos Estudos para a Paz, no âmbito do *galtungnismo*, e as contribuições da Escola Galesa trazem para o debate um aspecto importante: o descolamento da segurança e da paz do critério objetivista. É valioso, portanto, reconhecer a segurança e a paz como elementos associados à perspectiva política, e não como fruto de um processo técnico e natural.

A partir disto, é possível traçar uma ampliação na fórmula de análise a partir de uma reinterpretação do papel das instituições e dos atores em Relações Internacionais. O deslocamento do Estado como o único agente em segurança e paz, traz consigo uma ampliação da gama analítica através da incorporação de atores como a mídia, a sociedade civil e as instituições internacionais, capazes de produzirem e cristalizarem modelos de segurança e paz numa perspectiva crítica. No entanto, é notável que estas contribuições não conseguem refletir com completude as respostas para as perguntas de paz e segurança produzidas fora do eixo Norte - em termos geopolíticos e também epistemológicos.

Neste sentido, a resposta local, baseada na experiência antisistêmica, produz outros tensionamentos para a reflexão. A partir da identificação do critério hegemônico, parece difícil articular uma produção teórica que não relacione os processos de segurança e paz com a resposta à ordem imposta pelos países de centro. Neste sentido, o que se compreende é que, o processo emancipatório, que é a ponte entre a violência e a paz, pode ser percorrido, mas precisa atravessar o elemento da dominação como um critério adicional.

A insensibilidade das teorias críticas em segurança em não perceber isto, apresentam portanto, uma debilidade conceitual que pode ser diminuída através da observação da experiência dos países periféricos dissidentes, que incluem a paz como um elemento constitutivo de seu regime e que procuram articular modos de responder à ordem de dominação internacional. Ainda assim, reforça-se a importância da postura crítica e dialética para que estes processos também possam ser analisados longe da romantização que ronda o processo de luta e em compromisso com a preservação da vida e dos direitos humanos.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Editora Elefante, 2015.
- BIBLIOTECA VIRTUAL UNIVERSAL, 2003. Manifesto de Cartagena, 1812. Disponível em: <<https://biblioteca.org.ar/libros/1232.pdf>>. Acesso em: 24 de ago. 2022.
- BOOTH, KEN. **Security and Emancipation**. Review of International Studies Vol. 17, No. 4 (Oct., 1991), pp. 313-326 (14 pages)
- DA SILVA, Fabricio Pereira. **Quinze anos da onda rosa latino-americana: balanço e perspectivas**. Observador On-Line (v.9, n.12, 2014)
- FERREIRA, Marcos Alan S. V. **As origens dos Estudos para a Paz e seus conceitos elementares: paz, violência, conflito e guerra**. In: FERREIRA, et al. Estudos para a Paz: conceitos e debates. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2019. 583p.
- FUNDACIÓN BIBLIOTECA AYACUCHO, **Discursos y proclamas: Simón Bolívar**, 2007.
- GALTUNG, Johan V.; SCOTT, Paul D. **Democracy, peace, development**. Kolofon Press, 2008.
- GALTUNG, Johan. **High road, low road: Charting the course of peace journalism**. Track Two, Vol 7, No 4, p. 7-10, 1998.
- GALTUNG, Johan. **Peace by peaceful means: Peace and conflict, development and civilization**. Londres, Sage Publications, 1996.
- GALTUNG, Johan. **Violence, Peace, and Peace Research**. Journal of Peace Research, 1969, 6(3), 167–191.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular**. 1. ed, São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LYNCH, Jake; MCGOLDRICK, Annabel. **Peace Journalism**. Reino Unido, Hawthron Press, 2005.
- MASCHIETTO, Roberta Holanda. **A mensuração da paz e dos conflitos: uma análise crítica**. In: FERREIRA, et al. Estudos para a Paz: conceitos e debates. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2019. 583p.
- MAYA, Margarita López. **Venezuela: Hugo Chávez y el bolivarianismo**. Rev. Venez. de Econ. y Ciencias Sociales, 2008, vol. 14, nº 3 (sept.-dic.), pp. 55-82.
- MENDES, Flávio da Silva. **El Movimiento Bolivariano en Venezuela: ¿de vuelta al populismo?** Íconos. Revista de Ciencias Sociales. Num. 38, Quito, septiembre 2010, pp. 119-127 © Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales-Sede Académica de Ecuador. ISSN: 1390-1249

MOLL, Roberto. **Gramsci e as Relações Internacionais: para superar a reificação do Estado e a anarcofilia**. Revista Monções, Vol.1, N.1 – Janeiro/Junho de 2012

NASCIMENTO, Daniela. **A face humana da paz? Os desafios de integrar os direitos humanos, desenvolvimento e segurança nas estratégias de prevenção e reconstrução pós-conflito**. In: FERREIRA, et al. Estudos para a Paz: conceitos e debates. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2019. 583p.

REGOS, Carlos Enrique Quintero. **La doctrina militar para la Seguridad y Defensa de Venezuela. Revisión a partir de las actuales formas de violencia política en las Relaciones Internacionales**. Dissertação, Caracas, Venezuela. 110 p. 2013.

RICHMOND, Oliver P. **Para além da paz liberal? respostas ao "retrocesso"**. Contexto Internacional, Vol 32. Nº 2. 2010.

ROQUE, Silvia; SANTOS, Rita. **Gênero, feminismos e Estudos para a paz**. In: FERREIRA, et al. Estudos para a Paz: conceitos e debates. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2019. 583p.

ONU. **Carta das Nações Unidas**. 1945. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/documentos/>> – Acesso em outubro de junho de 2022.

SALCERDO-BASTARDO, **Simón Bolívar: The hope of the universe**. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Unesco, 1983

WALLERSTEIN, Immanuel. **Conflito de classes na economia mundo capitalista**. In: BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. Raça, nação e classe: as identidades ambíguas. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

WYN JONES, Richard. **Security, Strategy, and Critical Theory**. Lynne Rienner Publishers, Inc. 1999.

WOLFF, Jonas. **The Local Turn and the Global South in Critical Peacebuilding Studies**. Peace Research Institute Frankfurt, 2022. JSTOR. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/resrep40389>>. Acesso em: 2 Nov. 2022.

APÊNDICES

Apêndice 1 - Entrevista prospectiva com Beto Almeida, Junta Diretiva da Telesur.

Apêndice 2 - Entrevista prospectiva com Carmen Navas Reyes, cientista política e diplomata venezuelana no Brasil.

APÊNDICE A - ENTREVISTA PROSPECTIVA - BETO ALMEIDA, DIRETOR NA TELESUR.

ALUNO: Você atribui à mídia um papel social importante na sociedade?

BETO: Sim, a mídia tem um papel importante. Muitas vezes negativos. Hoje existe uma mídia predominante que destrói a cidadania. Rebaixa a cidadania. A mídia está patrocinada por grandes poderosos, com interesses econômicos. Esses poderosos interesses econômicos não têm nenhum interesse em cidadãos bem informados, pelo contrário, eles querem que os cidadãos não tenham capacidade de discernimento, não tenham estrutura de compreensão da história, dos processos sociais, da luta ideológica que está por detrás de cada fenômeno, do fenômeno social, econômico e das relações internacionais. Então, sobretudo quando há um processo revolucionário, a mídia atua de forma bastante enviesada para dar uma imagem falsa daquele processo.

ALUNO: De acordo com sua experiência, você acredita que a mídia venezuelana corrobora com a manutenção do regime vigente? Ou ela tem um papel dissociativo?

BETO: Você tem uma sociedade em processo de transformação revolucionária, você tem, dois tipos de mídia, pelo menos dois. Uma delas é uma mídia, digamos, colonizada, sustentada por interesses econômicos sobretudo do capital externo e são os grandes patrocinadores da mídia conservadora na Venezuela, e é uma mídia que desde o princípio combateu o processo revolucionário na Venezuela. É uma mídia que antes do chavismo defendia uma Venezuela dependente dos Estados Unidos. A riqueza do petróleo seria transferida para os Estados Unidos. Então se constrói uma pequena oligarquia na Venezuela, muito rica, com padrão de riqueza semelhante aos grandes milionários dos Estados Unidos. E esse não é o perfil da sociedade venezuelana, que são cidades pequenas e simples. Então essa mídia conservadora trabalhava em favor da dependência, da entrega da receita petroleira a interesses externos. E existe outra mídia, a mídia defensora das razões históricas da rebeldia bolivariana. Porque o petróleo foi nacionalizado, de fato, e sua receita foi entregue aos programas de educação, que erradicaram o analfabetismo, construiu moradias... Então, para completar, há uma mídia, chamada bolivariana por

exemplo, que busca simular a participação do povo, informar sobre a dependência, sobre o que aconteceu no passado, e como durante séculos a Venezuela serviu a interesses externos. Então essa é uma mídia diferente daquela outra mídia, conservadora, dependente, absolutamente contra a participação do povo. A mídia bolivariana que tem canais de televisão, canais de rádio, jornais... É essa mídia que defende a autonomia e a soberania informativa e cultural do país.

ALUNO: Você percebe uma seleção de notícias ‘relevantes’, em detrimento de outras, levando em consideração essa dinâmica que você mencionou? Você acha existe um processo de filtragem das reportagens ou predomina a ‘objetividade’?

BETO: Bom, aí primeiro eu teria que discutir o que é objetividade. Eu não acredito na existência da objetividade, eu acho que essa é uma falácia ideológica para cobrir os interesses. Você tem uma mídia que defende um país dependente e você tem uma mídia que defende os interesses de libertação daquela dependência. Então, os enfoques, os valores, as linhas editoriais, decorrem de uma orientação ideológica. O que é objetividade? Eu iria dizer, é uma objetividade da Venezuela se libertar dos Estados Unidos? Eu diria que é uma objetividade. É muito importante, é o destino. Por isso que são feitas tantas sanções, como castigo midiático. A Venezuela é castigada midiaticamente, porque a informação que circula no mundo sobre a Venezuela, ela é via de regra, negativa e propagandística. Ela não informa, por exemplo, que o país está sofrendo sanções, confisco de receitas... dificuldades para ter acesso a financiamentos externos. Isso você não vê no Globo, a TV Globo não dá essa informação. Então onde está a objetividade? O que é objetividade? Eu acho que objetividade ou imparcialidade, como dizem alguns, é um mantra acadêmico, falso, ostentado pela grande mídia e ligado ao grande capital. Ela revela nessa dependência que ela não é objetiva.

ALUNO: Para você, fatos jornalísticos podem ser objetivamente puros? Livres de qualquer carga orientadora, ideologia, credo ou qualquer coisa do tipo?

BETO: Absolutamente não. Por isso é necessário discutir os conceitos partistas, é... Lênin, Trotski e outros autores também na universidade. Porque a universidade, ela pensa que é objetiva, que ela é independente, que ela é portadora de uma verdade,

de uma pureza ideológica. Onde está essa pureza ideológica? No campo do jornalismo eu não vejo a possibilidade dessa pureza, porque é como dizia o ex presidente da ABI, Barbosa Luís Sobrinho: No Brasil só tem dois partidos, o partido de Tiradentes e o de Joaquim Silvério dos Reis, você tem que escolher...

ALUNO: Você já presenciou algum ato de censura na mídia venezuelana, e você acha que o processo de reportagem é completamente livre no país?

BETO: O jornais comerciais, a mídia, os grandes canais de rádio da Venezuela, eles censuraram, por exemplo, quando a UNESCO reconheceu a Venezuela como livre do analfabetismo. Eles não noticiaram. Censura. Será que é irrelevante um país se tornar livre do analfabetismo?

ALUNO: Você acha que a produção jornalística no país segue uma 'tradição' específica? Que tá ligada a um jeito específico de reportar notícias, ou você percebe que a maneira como é feita a reportagem pode ser considerada ampla e variada?

BETO: Ela não é ampla. Aí vem aquela ressalva, você tem dois tipos de jornalismo. [...] O país está sofrendo sanções e isso afeta o grau de informação da sociedade, porque muitas áreas da economia da Venezuela foram afetadas, paralisadas até.

ALUNO: Você acha que é possível pensar nessas categorias? De jornalismo para a paz e jornalismo para a guerra?

BETO: Assim, por exemplo... Todo aquele jornalismo que explica como é indevido e anti-ético, você destruir projetos sociais de educação e saúde para financiar a indústria bélica, é um jornalismo que deve ser aplaudido. Agora o outro jornalismo que cria uma sensação de pânico para inventar que o país todo está sob risco, para justificar, a concentração de recursos na indústria bélica é um jornalismo a favor da guerra. E ele precisa ser questionado, democraticamente. Onde nós encontramos a possibilidade de fazer esse debate? Só no jornalismo progressista.

ALUNO: Ainda sobre a Venezuela, você acha que o jornalismo tem um papel fundamental na manutenção dessa imagem conflituosa que se tem do país, até internamente?

BETO: Aí nós voltamos àquelas duas tipificações de jornalismo. Uma quer responsabilizar o Máduro por toda a crise, e não é culpa dele. A Venezuela não é uma ameaça aos Estados Unidos... A Venezuela não tem armas, não tem bombas. Ela apenas quer sua transformação bolivariana, no modelo de economia. Já o modelo dos Estados Unidos é expansionista, e essa expansão se manifesta no jornalismo. Já o outro jornalismo reconhece que a Venezuela tem o direito de levar adiante seus esforços por soberania, liberdade e autonomia.

ALUNO: Você considera que o jornalismo na Venezuela tem um compromisso popular? Ou ele ainda está focado nas elites políticas e institucionais?

BETO: Aí você tem fenômenos que aconteceram, né... Por exemplo, desde a Revolução Bolivariana, os dois maiores jornais da Venezuela, o Nacional e o Universal, eles caíram em tiragem, porque perderam a credibilidade. Mesmo antes do advento da internet, simplesmente porque passaram a atacar um processo de transformação social dirigido por Hugo Chávez, que tinha o apoio da maioria da população. Então, quer dizer... a mídia bolivariana e revolucionária faz questão que o cidadão comum tenha acesso à leitura de jornal.

ALUNO: Você acha que o modelo de reportagem win-win faz sentido na conjuntura venezuelana, levando em consideração o conflito?

BETO: Eu acho que não há como os dois lados ganharem, pois eles são auto-excludentes... Ou seja, aqueles que querem ter soberania sob o petróleo para usarem na educação, essa filosofia, esse conceito, essa noção de pátria, ela se choca com a noção de que o petróleo deve ser internacionalizado. Então... [...] o jornalismo para a paz é capaz de ser colocado em prática, desde que observe os acordos e se posicione a partir deles. O jornalismo de paz deve entender a natureza do conflito, como ele surge, e o direito à autodeterminação dos povos tem que ser uma pedra angular de um jornalismo de paz. A informação que o jornalismo de paz

deve fornecer, ao mundo sobretudo, é para tirar essa ideia de que o Máduro resolveu enfrentar os Estados Unidos, ele apenas advoga a continuidade do programa deixado pelo presidente Hugo Chávez, que é: petróleo para os venezuelanos, educação voltada para o país, o número de médico cada vez maior...

APÊNDICE 2 - ENTREVISTA PROSPECTIVA - CARMEN NAVAS REYES, CIENTISTA POLÍTICA E DIPLOMATA VENEZUELANA NO BRASIL.

ALUNO: Você atribui à mídia um papel importante da cidadania em sociedade?

CARMEN: Eu acho que tem um papel fundamental. É importantíssima não só para formar cidadania, mas para formar opinião pública. Ajuda, desta forma, a criar a formação de políticas públicas. Então acho que a mídia, e o processo jornalístico é fundamental para a formação da cidadania e de participação política, quando esse jornalismo é bem dirigido.

ALUNO: De acordo com sua experiência, você considera que a mídia venezuelana corrobora com a o regime político vigente? Ou ela tem um papel mais disruptivo?

CARMEN: Eu acho que a mídia venezuelana tem que ser estudada de várias formas. Ela tem um papel político na Venezuela, tanto para contribuir com a estratégia de intervenção dos Estados Unidos, mas também de outros países, que sofrem influência dos Estados Unidos. Mas também têm tido algumas expressões de mídia popular e alternativa. Um trabalho importante para manter o regime. Como foi reflexo do apoio popular das eleições recentes, portanto, tem um jogo de poder e contrapoder na Venezuela, podemos dizer. [...] quero dizer que elas não são de nenhuma maneira, neutras.

ALUNO: Poderíamos afirmar portanto, que existem dois caminhos de compreensão da mídia venezuelana, uma mais em consonância com o regime e a outra mais disruptiva, ou seria dizer que uma atende a interesses nacionais enquanto a outra se relaciona com os interesses dos Estados Unidos?

CARMEN: Isso, mesmo. Tanto que em 2022, a Venezuela sofreu um golpe de Estado, e os protagonistas desse golpe foi o empresariado junto com a elite midiática.

ALUNO: Você acha que fatos jornalísticos podem ser objetivamente puros, livre de discursos ideológicos, de credo, sob a forma de neutralidade?

CARMEN: A formação ética da imprensa se baseia na contraposição de fatos. Orientados pela verdade. Mas todos nós estamos inseridos em concepções ideológicas, todos nós temos

preferências ideológicas, enquanto cientista política não tenho dúvidas disso. Ainda que de maneira latente... Neutralidade na política não existe como tal e nem faz sentido. O que existe é a ética de contraposição.

ALUNO: Você considera a cobertura midiática na Venezuela como comprometida em abordar diversos aspectos do conflito, de modo a estabelecer uma variedade de posições?

CARMEN: Na Venezuela, pela própria natureza política do país, é quase impossível localizar essa descrição pura. Todas elas têm um corpo de notícia, mas todas elas são marcadas pela opinião dos jornalistas, mesmo que não sejam artigos de opinião. O que não considero negativo, desde que quem analisa saiba identificar esses discursos. Deste modo, acho que você, enquanto leitor, meio que se obriga a procurar outras fontes. [...] o leitor deve ir a outras fontes para fazer a contraposição, o que considero um aspecto político importante que é gerado como consequência.

ALUNO: Então você quer dizer que o povo já tem conhecimento dessa dicotomia e que entende que ela está projetada na formulação de notícias?

CARMEN: Posso afirmar que a maioria da população na Venezuela sabe disso, entende isso e procura contrapor não somente a notícia da oposição, mas também até do próprio governo, por exemplo os canais institucionais, eles sabem... Então eles sabem da necessidade de contrastar, mesmo que sejam completamente descritivas. Se identifica o fato, quais são suas origens, quais são suas consequências, se ele consegue explicar-se sozinho [...].

ALUNO: Você já presenciou ou teve conhecimento de algum ato de censura?

CARMEN: Censura e autocensura. Um é consequência do outro. Mas sim, definitivamente temos visto pela história [...] como consequência inclusive dessa divisão entre esquerda e direita que aqui na Venezuela é bem identificada.

ALUNO: Você considera que exista uma ‘tradição’ no jornalismo venezuelano? Existe um modo de fazer notícias que se repete através do tempo? Ou você acha que ele obedece também uma tradição nova?

CARMEN: Existe sim uma mídia tradicional, é claro, dos grandes jornais estadunidenses, por exemplo, são os modelos principais, que é mais ou menos a estrela da notícia. Mas existe também o surgimento de uma mídia alternativa e popular. Essa sim é um modelo novo na Venezuela. Ela tem evoluído com uma estratégia bem interessante, do uso de redes sociais, de comunidades, em que a própria fonte comunica o caso... Então estamos falando de duas coisas: do jornalismo e da comunicação. Existem diferenças.

ALUNO: Esse jornalismo nascente se parece bastante com o modelo emancipatório proposto por Galtung, você concorda com isso? Acha que existe uma carga emancipatória no jornalismo nascente?

CARMEN: O que aconteceu na Venezuela, a situação política em si, em 2002, não somente a mídia tradicional anunciou que era parte do golpe, como obrigou uma mídia comunitária, popular a se posicionar a partir da posição que eles consideravam corretas. Neste fato, eles se contrapõem através da própria coleta de foco na fonte, com um compromisso comunitário, que a notícia tenha um objetivo político e entenda que a comunicação tem um objetivo, e que ela não é neutra. Nesse caso, se o campo popular anseia por consumir notícias é preciso que exista uma estrutura com ferramentas mobilizadas para fazê-la, o que não está ligado ao modo de jornalismo tradicional, então são modelos, estéticas que se diferenciam [...].

ALUNO: Você considera que a mídia pode contribuir para a construção de imagens conflituosas?

CARMEN: Pode. E tem feito. Não somente na Venezuela, mas podemos pensar por exemplo o caso gravíssimo de utilização da rádio no genocídio em Ruanda. Na Venezuela, em 2017, na época das últimas grandes manifestações de caráter político, a mídia se comportava não para a chamada paz, e reconciliação, mas para insuflar a violência nas ruas. Existe uma obrigação em comunicar os fatos, mas existe um momento em que essa comunicação pode influenciar para o conflito, através da utilização de alguns termos e de repetição de imagens

[...] a mídia pode pautar o que é demanda e por isso pode contribuir para construir imagens de violência.

ALUNO: Você considera que existe um discurso de competição exacerbada na reportagem midiática da Venezuela?

CARMEN: Sim, em 2002 por exemplo isso aconteceu bastante. Um jornal, um dia antes da marcha, convidou as manifestações para se dirigir ao Palácio de Miraflores. Se utilizaram bastante dos plantões, para criar uma situação de alarme rotineira.

ALUNO: Era a instrumentalização do pânico, então?

CARMEN: Totalmente. Isso ocorreu também em 2017, a violência estava em dois estados, o restante do país foi ignorado. O foco das imagens era na situação de violência desses dois estados. Então é algo que acontece aqui com frequência.

ALUNO: Isso tá ligado a mídia tradicional, certo?

CARMEN: Sim [...] acaba sendo uma disputa pela opinião popular.

ALUNO: Você considera que o processo jornalístico da Venezuela dá voz a minorias políticas tradicionalmente negligenciadas, tipo mulheres, crianças e etc...?

CARMEN: Sim, a mídia tem se obrigado a direcionar pra essas pessoas, isso tem a ver com a mudança política e com aquele processo que eu mencionei de ascensão da mídia alternativa.